


ÁDAMO ANTONIONI

ODEIO, LOGO, COMPARTILHO

O DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS E NA POLÍTICA

 Email

 Senha

LOGIN




Ainda não é membro?


[Registrar](#)

ÁDAMO ANTONIONI

ODEIO, LOGO, COMPARTILHO

O DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS E NA POLÍTICA

 Email

 Senha

LOGIN



Ainda não é membro?

[Registrar](#)



Copyright © Viseu

Copyright © Ádamo Antonioni

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, incluindo ainda o uso da internet, sem a permissão expressa da Editora Viseu, na pessoa de seu editor (Lei nº 9.610, de 19.2.98).

editor: Thiago Domingues

revisão: Mirian Costa

projeto gráfico: Cachalote

diagramação: Rodrigo Rodrigues

capa: Tiago Shima

e-ISBN 978-85-300-0631-0

Todos os direitos reservados, no Brasil, por

Editora Viseu Ltda.

falecom@eviseu.com

www.eviseu.com

Dedico a todos os “esfarrapados do mundo”, aos “condenados da terra”, aos “demitidos da vida”, aos “corpos abjetos”, às “pessoas descartadas” e aos “excluídos” do banquete da globalização, enfim, a todo aquele que consegue existir e criar multiformas de resistir. Também ofereço aos companheiros e companheiras que tiveram suas existências aniquiladas pelo simples fato de ser ou pensar diferente, em especial, Marielle Franco, Moa do Katendê e Dandara dos Santos. Lutemos!

Introdução

Este livro traz as marcas do espanto e das lágrimas. O espanto é, aparentemente, ruim. Paralisa. Mas, como já diziam os filósofos da Grécia Antiga, do espanto nasce a filosofia. Ainda estou espantado com tudo o que nos aconteceu, enquanto campo progressista, diante dos rumos que o país tomou após a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Derramei lágrimas ao descobrir quem eram as pessoas que estavam do lado de lá. Chorei ao saber que familiares e amigos tão próximos eram coniventes com a homofobia, o machismo e o racismo. Chorei quando fui mal interpretado na emissora de TV onde trabalhava e demitido por ter feito um comentário ao vivo contra o discurso de ódio. Me senti sozinho e pequeno, lutando contra todos eles. Chorei, senti que perdi. Somente depois percebi que ganhei. Ganhei tantos novos amigos que não largaram mais a minha mão, e criamos juntos redes de solidariedade e de apoio.

Escrevo como forma de resistir. Este livro é uma resposta contra a ascensão do autoritarismo, do qual já sentia os efeitos bem antes da sua chegada ao poder. Ao que tudo indica, a direita e a extrema-direita não são apenas uma onda - mas um tsunami que tem chocado o campo progressista pelo mundo. Foram os discursos conservadores que pautaram o Brexit (saída da Grã-Bretanha da União Europeia), a ida para o segundo turno da líder da extrema-direita Marine Le Pen (com um discurso conservador e xenófobo) e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Com a vitória de Trump, a filósofa americana feminista Judith Butler (2016, online) se perguntou:

Quem são elas, essas pessoas que votaram nele, mas quem somos nós que não vimos seu poder, que não antecipamos isso tudo, que sequer imaginávamos que pessoas seriam capazes de votar em um homem com um discurso racista e xenófobo, [...] de desprezo pela constituição, por migrantes, e defendendo um plano negligente de avanço da militarização? Talvez estejamos blindados da verdade por conta de nossa própria forma isolada de pensamento de esquerda e liberal. Ou quem sabe chegamos a acreditar na natureza humana de alguma

maneira ingênua. Sob quais condições a raiva liberada e a militarização irresponsável conduzem o voto majoritário?

Bolsonaro é visto por muitos como o “Trump tupiniquim”, e a fala de Butler converge com o momento atual que vivemos. Este livro é um ensaio de uma resposta para as questões postas pela filósofa americana refletidas no contexto brasileiro, em busca de compreender a ascensão do autoritarismo no país e como as redes sociais (em especial WhatsApp e Facebook) contribuíram para isso.

No dia da posse de Jair Bolsonaro à Presidência da República, como forma de provocação, um grupo de apoiadores gritou “WhatsApp” e “Facebook” para uma repórter da TV Globo. Isso mostra o quanto a maneira de fazer comunicação mudou e o quanto precisamos nos lançar a compreender tal mudança, mantendo os pés sólidos nas teorias disponíveis no momento.

Levitsky e Ziblatt (2018, p. 30), em “Como as democracias morrem”, propuseram quatro sinais de alerta que ajudam a identificar um político autoritário:

Nós devemos nos preocupar quando políticos: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.

Embora seja cedo para afirmar que Bolsonaro é antidemocrático, é possível analisar que suas posições, claramente, rejeitam ou tentam pôr em dúvida as regras do jogo democrático - como no caso das urnas eletrônicas que computam os votos dos eleitores brasileiros. Durante a corrida presidencial, em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro declarou que não aceitaria outro resultado das urnas que não fosse a sua vitória. Para fundamentar sua declaração, Jair colocou em

dúvida a validade das urnas eletrônicas, supôs que havia a possibilidade de fraude e, por isso, propôs o voto impresso - o que acabou sendo derrubado pela Procuradoria Geral da República (PGR). As urnas passam por uma rigorosa auditoria, com a participação da sociedade civil e de várias entidades. Outra atitude antidemocrática aconteceu em 1998, quando o político afirmou ser favorável à tortura e disse que fecharia o Congresso Nacional, dando um golpe no mesmo dia.

O segundo ponto: Bolsonaro deslegitima seus oponentes. Durante sua campanha, em comício no Acre, o então candidato convocou seus seguidores: “vamos fuzilar a petralhada [...]”. Não é de hoje que o líder do Partido Social Liberal (PSL) trata seus adversários políticos como inimigos de guerra: em 1998 ele defendeu a execução sumária de 30 mil pessoas, em uma ação mais violenta que a realizada pela Ditadura Militar. Mais: durante a votação do impeachment da então Presidente da República Dilma Rousseff, Bolsonaro dedicou seu voto a Carlos Brilhante Ustra, um dos maiores torturadores da Ditadura, condenado por crimes contra a humanidade.

O terceiro ponto, seu encorajamento à violência. Jair disse: “não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater” (BOLSONARO, 2017, online). Antes que digam que se trata apenas de uma frase despretensiosa, como palavras ao vento, um dos primeiros atos de Jair Bolsonaro como presidente foi assinar a Medida Provisória (MP) nº 17.19, que excluiu a população LGBTQI¹ das diretrizes de Direitos Humanos - que estão sob responsabilidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damarens Alves, uma pastora evangélica conhecida por sua cruzada contra o que foi rotulado de “ideologia de gênero”. Outras frases machistas, misóginas e racistas de Jair Bolsonaro são discutidas neste livro.

O quarto ponto: as falas de Bolsonaro sobre restrição de liberdade de opositores e seu ataque à liberdade de imprensa. Um exemplo foi quando, em um comício na Avenida Paulista, Jair Bolsonaro ameaçou pessoas ligadas à esquerda de exílio ou prisão. O político também tece críticas frequentes ao jornal Folha de

São Paulo pela denúncia do “escândalo do WhastApp” - sobre a compra, por empresários, de pacotes de disparos em massa de mensagens contra o Partido dos Trabalhadores (PT) na rede social em questão, e a preparação de uma grande operação na semana que antecedia o segundo turno. A prática, ilegal e sob quantia monetária não declarada, feria a legislação eleitoral - que proíbe a doação de campanha por empresas. Os atos de hostilidade de Jair Bolsonaro refletiram nas ações de seus apoiadores. Dados organizados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) mostraram, em 2018, um crescimento de 36,36% no número de agressões a jornalistas em comparação ao ano de 2017. Conforme o relatório da FENAJ (2019, p. 4):

Eleitores/manifestantes foram os principais agressores, sendo responsáveis por 30 casos de violência contra os jornalistas, o que representa 22,22% do total. Entre esse grupo, os partidários do Presidente eleito Jair Bolsonaro foram os que mais agrediram a categoria, somando 23 casos.

Bolsonaro é um fenômeno na internet. Seus seguidores, nas redes sociais, ultrapassam os 20 milhões em seus perfis no Twitter, Facebook, Instagram e Youtube. Jair está no seletor grupo dos políticos com maior número de aliados digitais no mundo e, durante sua campanha, com pouco tempo de televisão, sua principal plataforma de comunicação foram as redes sociais. Quem se arrisca a entrar na guerrilha digital contra a legião de seguidores do Presidente acaba ficando em desvantagem.

Certa vez, um “amigo” virtual simpático à extrema-direita me lançou o seguinte desafio em um debate num post que fiz no Facebook: “duvido você definir o que é esquerda sem olhar no Google”. Fiquei me perguntando: por que ele sugeriu o Google e não pesquisar num livro? Foi quando percebi que quem tinha o hábito de buscar respostas prontas e fáceis no Google era ele, além de estar desabitado a ler livros sobre política, economia e filosofia. Além disso, comecei a pensar: por que ele achou que eu precisaria “copiar e colar” do Google uma resposta?

Foi quando que passei a ter algumas intuições que me ajudaram a compreender o comportamento de alguns internautas eleitores de Bolsonaro. A primeira intuição foi a de que as redes sociais nos dão uma falsa sensação de amizade. O tal “amigo” virtual não me conhecia pessoalmente, não acompanhava meus posts com sugestões de leituras ou narrativas da minha rotina acadêmica da época - quando estava concluindo a faculdade de Filosofia e, simultaneamente, a dissertação de mestrado em Comunicação na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Ele só queria ver o que lhe interessava em minha timeline, os comentários críticos à extrema-direita. Por se sentir atingido pela crítica, rapidamente se manifestava em busca de atacar ou ridicularizar o post (sem ao menos citar uma referência bibliográfica relevante). Com a mesma rapidez, outros bolsonaristas apareciam para me atacar e xingar como se fosse algo natural ofender gratuitamente alguém. Assim teve início meu linchamento virtual.

Como os ataques eram diários, causaram um mal-estar emocional muito grande. Queria responder a todos, mas não conseguia. Foi aí que desativei minha conta e encerrei o tempo empregado no Facebook. Compreendi que comentar, compartilhar, argumentar, citar livros, apresentar fatos concretos e fontes confiáveis não era suficiente para fazer uma pessoa alinhada à extrema-direita rever seus posicionamentos radicais ou, ao menos, refletir sobre a gravidade de suas palavras que incitavam violência.

Desse contexto nasceu o primeiro capítulo deste livro, sob o paradigma teórico do Iluminismo, corrente filosófica que iniciou o combate à ignorância e ao fanatismo político e religioso - sobretudo com Voltaire. O pensamento iluminista apostou na razão como instrumento de libertação e emancipação do homem, como acreditava Kant. No mesmo capítulo foi trabalhado o conceito “ergo, cogito sum”, de Descartes, em um paralelo com “Odeio, logo, compartilho”, que deu origem ao título desta obra.

No segundo capítulo foram discutidas as bolhas ideológicas nas quais estamos inseridos e como elas nos levam à alienação, sob o norte do marxismo, na

perspectiva da pedagogia do oprimido de Paulo Freire e da sociedade do espetáculo de Guy Debord. Também foi abordada a “ideologia de gênero”, cavalo de troia criado por setores da extrema-direita para desqualificar os estudos sobre gênero e sexualidade.

Lembro que, quando estava com a conta ativa no Facebook, passei a convidar os “amigos” virtuais de visão divergente para um tereré (hábito típico do Mato Grosso do Sul). Queria conversar pessoalmente, olho no olho, frente a frente. Achava que, ao vivo, poderia me expressar melhor, sem o Google como intermediário das relações. Ninguém aceitou meu convite. Inventavam desculpas, se esquivavam, diziam que o debate tinha que ser pela internet, etc. Foi aí que minha intuição me revelou que extremistas detestam o diálogo e o que realmente querem é o debate virtual para se saírem vitoriosos: quanto mais likes, melhor.

Dessa situação surgiu o terceiro capítulo, com o conceito do que é discurso de ódio a partir de pensadores orientados ao assunto, fatos históricos e documentos jurídicos. A abordagem foi acrescida do método de Sócrates, filósofo que valorizava o diálogo, o que levou a um constante contraponto às falas de intolerância e violência. Também foi tratado o tema da “opinião”: ouvi muito dos extremistas que não eram preconceituosos, estavam apenas “expressando a opinião”. Por isso, foi feita uma investigação filosófica da palavra “opinião” na perspectiva de Platão, que valorizava a epistême (ciência) como conhecimento capaz de superar o preconceito, os erros e as falácias contidas nas opiniões. Finalmente, o capítulo trouxe, de forma breve, o Mito da Caverna - em uma autocrítica ao campo progressista.

Este livro, portanto, é um desabafo em forma de reflexão sobre as razões de não conseguirmos deter o avanço da política do terror, dos discursos de ódio, das violências simbólicas, da banalização do mal e da imposição do poder pelo medo – que lembram em muito regimes autoritários do século XX. A escolha de três paradigmas filosóficos tão distintos foi tomada para contemplar cada tema abordado. Não pretendo submeter estas breves meditações ao rigor metodológico

científico, que exige explicações objetivas a respeito de cada escolha no processo de construção do pensamento. Este livro não é sobre elucubrações teóricas academicistas. É uma reflexão pessoal tomada em diálogo com alguns autores que costumo ler.

[1 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Questionando/Queer e Intersexuais.](#)

Capítulo 1

Luzes da razão sobre as redes sociais

1.1 O que Voltaire nos ensina sobre fanatismo

Voltaire (2003) recordou que a fonte da sabedoria é a incredulidade. O fanático é alguém que crê muito, mas crê mal: sua fé inabalável pode até ser louvável, mas pode levar a atos radicais. Foi o que aconteceu na conhecida “Noite de São Bartolomeu”, em 1572, quando católicos massacraram huguenotes (protestantes) e no atentado terrorista do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, em Nova York (EUA). O fanático é sempre instigado à violência por uma autoridade superior a ele, seja uma liderança religiosa ou política. Um caso mais recente de fanatismo foi a morte do capoeirista Moa do Katendê. Após declarar seu voto ao PT, Moa foi morto com 12 facadas por um apoiador de Bolsonaro. O crime, de motivação política, aconteceu no dia 8 de outubro de 2018, logo após o primeiro turno das eleições.

Uma das obras mais famosas de Voltaire foi “Tratado sobre a Tolerância”, do ano de 1763, aqui utilizada na versão digital de 2011 (L&PM Editores). No Tratado, base sobre a qual me debrucei neste tópico, Voltaire criticou o fanatismo religioso. Nas palavras de Nascimento e Nascimento (2008, p. 7):

O fanático é um homem que tem tanta certeza sobre suas próprias opiniões que nem se dá ao trabalho de saber se elas são verdadeiras ou não. E não para aí. Convencido de que sua opinião é a única verdadeira, não pode aceitar que outras pessoas pensem de modo diferente. O fanático é intolerante e, se pudesse, obrigaria todo mundo a pensar como ele, até recorrendo à força. O fanatismo manifesta-se principalmente nos domínios da religião e da política.

Embora o Tratado enfoque mais a questão religiosa, também abordo aqui alguns pontos sobre o fanatismo político - tendo em vista a configuração política atual que tem acirrado os ânimos e corroborado com atitudes extremas de intolerância e desrespeito com aquele que pensa diferente.

Voltaire chamou a atenção sobre como o fanatismo religioso cegou a população da cidade francesa de Toulouse, com o relato de uma tragédia familiar ocorrida em 9 de março de 1762, a morte de Marc-Antoine - um jovem católico em uma família protestante, inquieto, cheio de frustrações e com vício em jogos. Ao que tudo indica, o rapaz cometeu suicídio. Entretanto, seu pai, Jean Calas, foi acusado de seu assassinato. No tribunal, os advogados alegaram que tal acusação não procedia, tendo em vista que no corpo do jovem não havia nenhum vestígio decorrente de luta corporal. Além do mais, o pai, idoso, não teria condições físicas suficientes para cometer o filicídio. Como prova adicional, a defesa do pai apresentou cartas escritas pelo próprio filho e endereçadas a um amigo. Nelas, Marc-Antoine deixava clara a intenção de tirar a própria vida.

Mas o boato se espalhou pela cidade francesa, fez com que o pai fosse condenado pela morte do filho e levou à ruína o restante da família. A fofoca caluniosa incriminava o pai e partia dos próprios cidadãos que, mesmo sem prova alguma, sustentavam acusações infundadas motivadas pela raiva. No resumo de Nascimento e Nascimento (2008, p. 28):

Do burburinho, surge a versão de que foram os próprios pais que mataram o rapaz, porque dias antes ele tinha manifestado a intenção de se converter ao catolicismo. O boato corre, e em pouco tempo o morto é transformado em mártir do catolicismo. O casal é preso. Durante as investigações, manifestações populares pedem a condenação dos supostos assassinos. Fortemente pressionado pela opinião pública, o tribunal condena o pai à morte e a mulher e os outros filhos ao banimento. Os bens familiares são todos confiscados.

Quando as convicções superam as evidências, não há mais o que argumentar. A

predisposição que carrega o sujeito que acusa - baseada no fanatismo, nos preconceitos, na ignorância e no medo - é suficiente para transformar a acusação em condenação. São os inimigos da razão (fanatismo, preconceito, ignorância e medo) que levam à ausência de pensamento crítico, sistemático e baseado nos fatos, não em convicções. Coisa mais difícil é tentar um diálogo com quem já está predisposto (pré-disposto) a condenar: o indivíduo não ouve, não reflete e repete seu discurso de ódio, sem se dar conta do mal que suas convicções fazem a si e, muitas vezes, a outros.

Foi o que aconteceu com Jean Calas, vítima de boataria, do diz-que-me-diz-que, da difamação, das falácias que induzem ao erro e elegem os inimigos públicos da moralidade. Como recordou Voltaire (2011, p. 8):

Algum fanático no meio da multidão gritou que Jean Calas havia enforcado o próprio filho, Marc-Antoine. Esse grito foi repetido e, num instante, tornou-se unânime; outros acrescentaram que o morto abjuraria ao protestantismo no dia seguinte; que sua família e mais o jovem Lavaysse o haviam estrangulado por ódio contra a religião católica; em questão de segundos, ninguém mais punha isso em dúvida; toda a cidade persuadiu-se de ser uma questão de fé entre os protestantes que o pai ou a mãe deveriam assassinar seus filhos assim que soubessem que eles pretendiam se converter.

As redes de desinformação são mais antigas do que se imagina. A narrativa apresentada por Voltaire data do século XVIII, período que entrou para História como o Século das Luzes, momento em que aflorou a crença de que a Razão seria capaz de emancipar o homem, conceder autonomia, conhecimento e levar ao progresso definitivo.

Todavia, três séculos se passaram e ainda presenciamos, através das redes sociais, as fábricas de boatos a partir de perfis falsos ou não, com o objetivo de induzir as pessoas ao erro, escolher inimigos públicos e condená-los apressadamente. Foi o que aconteceu com a dona de casa Fabiane Maria de

Jesus, de 33 anos, espancada até a morte por vários moradores da cidade de Guarujá, São Paulo.

O linchamento de Fabiane aconteceu em 2014. Segundo a família da vítima, as agressões começaram a partir de um boato gerado por uma página no Facebook, que afirmava existir uma mulher na região sequestrando crianças para rituais de magia negra. Uma foto da suposta sequestradora chegou a ser divulgada e foi, rapidamente, compartilhada pelos usuários da rede social. Fabiane acabou sendo confundida com o retrato e, quando saiu de um mercado, depois de oferecer uma fruta para uma criança, foi abordada por um grupo de pessoas que deu início ao espancamento.

Voltando na injustiça cometida contra Jean Calas, “um pai de família inocente [...] entregue às mãos do erro, da paixão ou do fanatismo” (Voltaire, 2011, p. 7): o filósofo iluminista, logo quando soube da notícia, levantou suspeitas em relação ao processo. Checou informações, coletou dados, pesquisou e investigou até reunir evidências suficientes que comprovassem o assombroso erro jurídico que destruiu toda uma família.

A atitude de Voltaire deveria ser adotada nos dias de hoje, mas não é o que usualmente ocorre. Diante de uma notícia, as pessoas não checam a procedência, a fonte. Não averiguam o site que produziu tal informação. Nessa perspectiva, o filósofo inglês empirista John Locke propôs, em seu “Ensaio sobre o entendimento humano”, que o conhecimento só seria possível a partir do momento em que os homens se colocassem a investigar por si mesmos, tendo a própria racionalidade como único instrumento. “Quanto mais conhecermos a verdade e a razão por nós mesmos, mais nossos conhecimentos serão reais e verdadeiros” (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2008, p. 19).

Existe uma grande dificuldade coletiva em diferenciar opiniões pessoais (ideologicamente orientadas para um fim) de informações (baseadas em fatos, na realidade). A ideologia é uma distorção da realidade (como será visto no capítulo

2). As pessoas precisam, urgentemente, saber diferenciar uma coisa da outra, aprender com os grandes ilustres da história, como ensinou Locke (1999, p. 30): “vale a pena, portanto, pesquisar os limites entre a opinião e o conhecimento, e examinar por quais medidas devemos regular nosso assentimento e moderar nossas persuasões a respeito das coisas de que não temos conhecimento certo”.

Se Voltaire vivesse nos dias de hoje e tivesse Facebook, talvez seria o “chato da internet”, aquele que compartilha temas considerados indiscutíveis: religião e política, por exemplo. Provavelmente ele seria ávido perseguidor das fake news, desmentindo-as; também confrontaria haters, usando a internet para a investigação crítica - sem demonizar sites pelo simples fato de publicarem temas com os quais não concorda. Como defensor fiel da liberdade de expressão, Voltaire costumava dizer que mesmo não concordando com nenhuma palavra de seus adversários, defenderia até a morte, se preciso fosse, o direito que eles tinham em dizê-las.

Voltaire se esforçou para que o “caso Calas” fosse reaberto. Cobrou as autoridades, enviou cartas pedindo intervenção de pessoas influentes, realizou campanhas e panfletagens na tentativa de conscientizar os franceses para que não fossem levados pelo ódio aos protestantes. Até que, finalmente, o caso foi novamente julgado em Paris e ficou comprovado o erro, reabilitando a família injustiçada. “Assim, Voltaire, com as armas que possuía - os livros, as cartas, os discursos - conseguiu mostrar o perigo do fanatismo religioso e ao mesmo tempo impedir que pessoas inocentes fossem mais uma vez vítimas da cega paixão religiosa” (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2008, p. 28).

Onde estão os “Voltaires” da atualidade? Aqueles que denunciam as injustiças nas redes sociais, interagem com as plataformas de comunicação, contestam dados e informações, pedem esclarecimentos e cobram autoridades políticas, participam de audiências públicas e acompanham votações importantes de projetos de lei de sua cidade? Estar diante de uma tela de computador destilando ódio não é capacidade crítica, ao contrário, é total ausência de pensamento - que faz com que o indivíduo seja levado pela opinião alheia sem analisar as

evidências. Capacidade crítica vai além do meio virtual, exige força de vontade. Voltaire não parou no discurso, agiu. É uma pena a pouca disposição de muitos em seguir o exemplo do filósofo, preferindo o conforto de suas casas e escolhendo alvos para descarregar sua raiva, escusando-se de suas próprias responsabilidades.

1.2 Descartes e as notícias descartáveis

Para o filósofo francês René Descartes (1596-1650), o conhecimento que se encontra na mente se daria de forma imediata e, conseqüentemente, o pensamento seria mais fácil de ser acessado que qualquer parte do corpo. Na prática, isso significa dizer que há domínio sobre os pensamentos, já sobre o fígado e vários outros órgãos, por exemplo, não há controle: eles funcionam independentemente da vontade. Descartes justificou a superioridade do espírito (entendido como mente) sobre o corpo em sua perspectiva binária espírito/corpo – um pensamento um pouco mais sofisticado que o de Platão.

Descartes desenvolveu a natureza cognoscível do espírito com a compreensão de que ele seria mais fácil de ser conhecido que o corpo. Seu principal argumento foi baseado na ideia de que qualquer coisa que possua extensão no espaço pode ser dividida infinitamente – o que não é possível ao espírito, que não pode ser dividido em pequenas partes. É possível cortar uma ideia ou uma crença como se corta um pedaço de carne? Evidente que não.

Descartes atribuiu à mente características impossíveis de serem encontradas no corpo: a mente não tem dimensão, peso e muito menos ocupa espaço. Tal concepção foi o ponto de partida do filósofo para o desenvolvimento do sistema racionalista, a partir da primeira verdade que viu permanecer de pé: “cogito, ergo sum” (penso, logo existo), máxima cartesiana famosa detalhada por Regina (2000, p. 18):

Descartes concluiu, portanto, não poder aceitar as opiniões que tinha sobre si mesmo, pela possibilidade de serem falsas. A pergunta “que sou eu” foi, para Descartes, o passo seguinte na investigação na natureza do espírito humano. Para a busca do que seja a Natureza humana, Descartes não pode contar com as percepções ligadas ao corpo material, recebidas pelos sentidos, pois como já foi observado, são passíveis de erro ou engano. Foi necessário pois, encontrar algo que resistisse à prova de toda e qualquer dúvida. A observação dos atributos que pertenciam a ele mesmo, ligados ao corpo material (como alimentar-se, caminhar, sentir) não davam a Descartes a segurança de lhe pertencerem efetivamente, em virtude da existência de um corpo que fosse efetivamente seu, já estar abrangida na dúvida sobre as coisas materiais, nelas incluindo o próprio corpo. E não existindo um corpo seu, inexistem, evidentemente, os atributos que seriam tidos como pertencentes a ele. A par dessa constatação de que os atributos que pensavam pertencerem ao corpo são passíveis de dúvida, Descartes é levado, em sua análise, a concluir que fica algo que resiste à dúvida. Pode-se duvidar da existência do corpo e de seus atributos, mas não se pode duvidar da capacidade que eu tenho de pensar e de que ela não pode, de maneira nenhuma, ser separada de mim [...]. A Natureza humana estará determinada a partir da proposição certa que estabelece que “eu sou uma coisa que pensa”.

Ainda hoje é possível perceber a influência cartesiana (binária) no cotidiano, sobretudo, se analisada a polarização política na qual o país se encontra: esquerda x direita, coxinhas x mortadelas - como se a realidade fosse possível de ser reduzida a apenas esses dois polos. Qualquer crítica feita a um determinado candidato de direita faz com que o autor seja categorizado como comunista, esquerdista, petralha. Da mesma forma, se a crítica for feita a um candidato de esquerda, o autor será categorizado como fascista. As redes sociais se tornaram palcos de ofensas, de xingamentos, de revide pelo revide. É o fanatismo político criando um embotamento ao pensamento e inviabilizando o diálogo.

Enxergar o cenário político (que envolve questões históricas, econômicas e sociais) apenas por um viés binário é empobrecedor. O grande desafio está em, justamente, conseguir pensar para além do binarismo. Porque, de fato, somos o tempo todo cartesianos: dividimos nossas relações entre “nós e eles”, sendo que o “nós” corresponde a quem pensa de forma igual a nossa, e o “eles” ao diferente

que deve ser visto como inimigo.

A lógica do “quem pensa igual está dentro, quem pensa diferente está fora” serve apenas para alimentar o ódio, a exclusão, o autoritarismo e a indiferença. As fake news comprovam o quanto o ódio tem sido produzido no Brasil e disseminado em larga escala nas redes sociais como o Facebook. Conforme o Dicionário de Cambridge apud CARVALHO e KANFFER (2018, p. 1):

O conceito fake news indica histórias falsas que, ao manterem a aparência de notícias jornalísticas, são disseminadas pela internet (ou por outras mídias), sendo normalmente criadas para influenciar posições políticas, ou como piadas. Com efeito, as fake news correspondem a uma espécie de “imprensa marrom” (ou yellow journalism), deliberadamente veiculando conteúdos falsos, sempre com a intenção de obter algum tipo de vantagem, seja financeira (mediante receitas oriundas de anúncios), política ou eleitoral.

Por não ter compromisso com a verdade, uma fake news age apenas para inflamar os ânimos, alimentar preconceitos, destruir adversários. As pessoas, desatentas, raramente verificam a procedência daquela (des)informação e mordem a isca quando compartilham conteúdo falso sem averiguar, ajudando a espalhar mentiras. Sem checagem de informação, a mensagem é compartilhada e sua “veracidade” passa a depender da força de seu compartilhamento. Como diria o propagandista de Hitler, “uma mentira repetida mil vezes se torna uma verdade”. Nas fake news, no lugar da veracidade estão técnicas de persuasão, que tentam convencer as pessoas não pela objetividade dos fatos, mas pelo apelo que produz um factoide. Apelo este não sem doses de sangue, de violência e de medo, voltado a gerar pânico social e a criar teorias conspiratórias. Bem observou Hannah Arendt (1967, p. 27) em sua filosofia política que: “a persuasão e a violência podem destruir a verdade, mas não podem substituí-la”.

O que leva uma pessoa a espalhar uma notícia falsa?

O Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) tentou responder a essa pergunta, através da análise 126 mil tuítes em cascata que foram compartilhados 4,5 milhões de vezes. O recorte do estudo foi entre os anos de 2006 a 2017, e demonstrou que o caráter “emocionante” de um conteúdo falso tem 70% de chances a mais de ser compartilhado que as notícias verdadeiras (que procuram ser objetivas e não apelativas).

Onde há emoção não há razão. Por inflamar os ânimos das pessoas, as fake news levam à perda da racionalidade, com o apelo ao sentimento e a validação de posições extremistas de ódio e preconceções. O ódio cega a ponto de impedir a racionalização sobre os conteúdos das notícias inverídicas. Movidas pelo ódio, as pessoas curtem as fake news e, porque justificam as preconceções que possuem, elas são compartilhadas. Se, para Descartes, é mais fácil acessar o espírito que o corpo, no mundo digital no qual vivemos é mais fácil acessar a emoção que a razão, sendo a primeira mais simples de ser estimulada.

As posições preconcebidas fundamentam a tomada de decisão, no que a Psicologia denomina de raciocínio motivado. Segundo o raciocínio motivado, a tendência é de alcançarmos exatamente as conclusões às quais desejamos chegar, em lugar de escolhermos com base na capacidade cognitiva - que envolve raciocínio, provas materiais, dados e estatísticas. Para se chegar à verdade, o caminho mais seguro é a cognição e não a convicção, mas é exatamente o contrário que acontece. Somos emocionalmente induzidos a optar pelas convicções pessoais, que apenas confirmam nossas esperanças e já estão arraigadas em nós ou nos preconceitos adormecidos, que despertam para a fúria quando provocados.

A realidade pode ser completamente diferente, mas pendemos para o lado das crenças pessoais motivados pelos nossos desejos, preferências e expectativas - inconscientes e incontrolláveis. O seguir mais as convicções que os fatos em si determina a maneira de enxergar o mundo. É por isso que Nietzsche (1878, p. 159) dizia: “as convicções são inimigas da verdade, mais perigosas que as

mentiras”. O mentiroso sabe que aquilo que ele está contando não passa de uma mentira. O convicto, por sua vez, já se convenceu que a sua narrativa é a única verdadeira, não quer diálogo. Não há provas, dados ou fatos que o façam dissuadir.

O ato de compartilhar conteúdos caluniosos na internet sem checar a veracidade está relacionado ao raciocínio motivado. As pessoas compartilham porque são mensagens que confirmam suas convicções prévias. O usuário das redes sociais, diante de uma informação que corrobora com seu pensamento, tem seu estado de ânimo rapidamente inflamado. Depois que o conteúdo incitou o ódio - exatamente o objetivo que levou à sua criação - é muito difícil conduzir o receptor da mensagem à racionalização, a esfriar sua cabeça, afinal, o “estrago” já foi feito. Retornando um pouco em Voltaire (2011, p. 8): “depois que os espíritos são arrebatados, não há mais como acalmá-los”. Daí se sucede o chamado “linchamento virtual”.

Os espíritos arrebatados - numa plataforma virtual como o Facebook - são aqueles movidos pelos já citados “inimigos da razão”: o fanatismo, os preconceitos, a ignorância e o medo. Espíritos arrebatados por suas cóleras, cheios de sua (i)racionalidade, que buscam uma justificativa para seus preconceitos em vídeos mal editados que depreciam os LGBTQI, distorcem mensagens feministas, incitam a violência contra políticos ou lideranças religiosas - só porque pensam diferente. Não importa o amadorismo na edição do vídeo, nem o caseirismo naquela matéria supostamente “jornalística” (muitas vezes até com erros de ortografia) que circula num site cujo Uniform Resource Locator (URL) é suspeito e sem nenhuma credibilidade. O que realmente importa é inflamar o ódio adormecido dentro de si. Ao escolher seus inimigos pelo ódio, a existência dos espíritos virtualmente arrebatados ganha sentido: surgem os justiceiros da internet, que iniciam uma nova cruzada contra aqueles que não pensam, não sentem e não vivem como seus iguais. Nessa cruzada, o diferente merece ser aniquilado (ainda que virtualmente).

O indivíduo arrebatado pelo ódio existe porque sente repulsa contra quem está

fora do seu partido político, da sua religião, do seu círculo de amigos ou do seu time de futebol. Compartilha toda e qualquer mensagem que deprecie, desqualifique e destrua os adversários, alvos do ódio pelo simples fato de pensar diferente. No século XXI, a sociedade mostra para Descartes uma triste realidade: é muito mais fácil ter acesso à emoção do que à razão, basta ver os acessos na internet e seus acessos de raiva diários provocados, em grande parte, pelas fake news. Para atingir a razão é preciso esforço intelectual, muita leitura, uma dose de incredulidade e espírito investigativo. Para atingir a emoção, por sua vez, basta alimentar o ódio enraizado no inconsciente.

Jesus já dizia para não atirar pérolas aos porcos, o que significa não desperdiçar tempo em instruções e sabedoria com quem está orientado a apenas odiar e não a pensar. A existência de um indivíduo contaminado por essa dinâmica se justifica não em virtude do pensamento, mas pelo ódio que compartilha no momento em que loga numa rede social. Odeio, logo, compartilho. As fake news são a lavagem que alimenta os haters.

O login concedeu poderes que, no mundo real, aquele que loga não teria coragem de exercer: xingar, ofender, humilhar, atacar minorias. As fake news só ganharam projeção porque, antes de viralizarem, já eram preconceitos internalizados nos haters. Com a internet, os preconceitos foram legitimados, a violência incitada e a hostilidade contra negros, pobres e LGBT encontrou um meio (ainda que virtual) para o extravaso. Logados ao Facebook, Twitter, ou qualquer outra rede social, haters encontram tantos outros odiadores que igualmente promovem o ódio. Na observação de Leonardo Sakamoto (2016, p. 111):

Pois parte da sociedade brasileira não está se transformando em algo ruim. Parte sempre foi isso aí mesmo: racista, homofóbica, transfóbica, xenófoba, discriminadora, elitista, machista, inquisidora. Pessoas que não reconhecem no outro um semelhante porque não foram educadas para conviver com as diferenças. Pessoas capazes de atacar e esfolar quem ouse, na busca por direitos, pôr em risco seus privilégios, e que vibram com a morte de sem-terra, sem-teto e

crianças em situação de conflito com a lei.

Em um dos pronunciamentos mais enérgicos sobre o tema, o Papa Francisco comparou o consumo de fake news a comer excrementos: “os jornalistas se arriscam a contrair a doença da coprofilia e, assim, fomentar a coprofagia (consumo de fezes), que é um pecado que afeta homens e mulheres” (FRANCISCO, 2018, online).

A despreocupação com a veracidade e o consumo de desinformação se insere dentro da “cultura do descartável”, conforme Francisco (2014, p. 3): “nos dias de hoje, para a economia que se implantou no mundo, onde no centro se encontra o deus dinheiro e não a pessoa humana, o resto é ordenado, e o que não faz parte desta ordem é descartado”. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros traz como um dos princípios fundamentais defender a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que inclui “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão” (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2007, p. 1, online). Se um profissional da imprensa está mais preocupado em atender interesses econômicos e lucrar às custas da dignidade das pessoas, sem se importar com a difamação, a calúnia e a injúria sofridas por seus alvos, certamente, reproduz a cultura do descartável - que representa, portanto, um grave problema ético para a profissão. Problema esse que, aos olhos da fé (de quem é cristão), também pode ser visto como uma questão moral: “a desinformação é provavelmente o maior pecado que um meio de comunicação pode cometer, porque dirige a opinião pública em uma direção única e omite parte da verdade” (FRANCISCO, 2018, online).

Suponho que o perigo dessas redes de desinformação seja muito maior que no tempo de Voltaire. A história de Marc-Antoine, contada anteriormente, dizia respeito a uma pequena cidade do interior da França, com um número de habitantes bem reduzido e no contexto do século XVIII. Já na atualidade, o Brasil conta com 120 milhões de pessoas conectadas à internet. Isso significa que as chances de destruir a imagem (e até mesmo a vida) de um indivíduo por preconceito, fanatismo ou postura contrária à ideologias partidárias são muito

maiores.

Se houver mais pessoas conscientes e preparadas para lidar com conteúdos falsos, mais fácil será para coibir, denunciar ou corrigir aqueles que os compartilham. Portanto, a melhor saída para o problema das fake news - pelo menos neste momento - não é via instituições (públicas ou privadas), mas via cidadão comum. A pessoa consciente, que se informa, que procura as várias versões de um fato, terá muito mais vantagem para argumentar e convencer outras pessoas que alguém consumido pelo ódio.

Um a um, até cerca de 120 milhões de brasileiros é um caminho muito longo. Mas é preciso começar. Madre Teresa de Calcutá dizia que “o que faço é apenas uma gota no oceano, mas sem essa gota, o oceano seria menor”. Assim, agimos como na parábola do beija-flor que tenta apagar o incêndio da floresta: os outros animais zombavam dele, mas ele tinha a consciência de que sua parte estava sendo feita. Estamos ajudando a apagar o incêndio das fake news ou assistindo de camarote o ódio queimar e destruir as relações sociais?

1.3 Superando o mito: a luta pela emancipação

Quando criança, costumava brincar de “o mestre mandou”, em que uma criança ditava as regras e as demais repetiam tentando permanecer na brincadeira. Aquelas que não cumpriam o comando eram eliminadas. Essa inocente brincadeira tem muito a ver com o que é abordado neste tópico: a saída do homem de sua situação de menoridade, nos termos conceituados pelo filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) e a obediência cega às autoridades, que nem sempre são qualificadas para exercer comando.

Uma variação do “mestre mandou” aconteceu com frequência durante a Idade Média, sob a expressão latina *Magister dixit* (o “mestre disse”), que tinha por

objetivo impor silêncio aos alunos que discordavam das teorias de Aristóteles - tido como autoridade incontestável naquele período. Diante de uma objeção, o professor apenas repetia “o mestre disse” e encerrava a discussão. Se o mestre havia dito, mandado ou ordenado, cabia ao aluno apenas aceitar, sem mais argumentações. Afinal, Aristóteles era a autoridade máxima e autoridades não deveriam ser questionadas, apenas obedecidas. Mais tarde, essa tática retórica ficou conhecida como apelo à autoridade, uma falácia.

Foi assim por um longo tempo com a Igreja, que impunha sua autoridade e as pessoas tinham de retornar obediência – até Galileu Galilei contestar as teses dos filósofos gregos e provar, através de experimentos, testes científicos e observações empíricas, a teoria heliocêntrica. Claro que, no século XV, a Igreja Católica achou uma afronta ter sua autoridade questionada. Galileu foi intimado a se esclarecer diante de um tribunal e negar as suas teorias. Para preservar sua vida, decidiu negar os avanços científicos que fez. Mesmo negando suas teorias, foi considerado um herege pelo Tribunal da Santa Inquisição (que de santa não tinha nada, já que mandava as pessoas para a fogueira!). Embora não tenha sido condenado à fogueira, Galileu recebeu prisão domiciliar perpétua. Morreu cego, na cidade italiana de Florença, em 8 de janeiro de 1642 - mesmo ano em que nasceu Isaac Newton.

Infelizmente, ainda hoje, o medo e a censura são usados pelas elites dominantes para silenciar e intimidar pensamentos que vão na contramão do conservadorismo. Como a direita não consegue enfrentar a esquerda no plano das ideias, fato reconhecido até mesmo pelo filósofo Pondé - em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 19 de setembro de 2016 - ela parte para o uso da força, uma vez que é a detentora dos aparelhos repressores do Estado. Mas a esquerda não fica atrás quando se fala em repressão política, basta pensar na censura que acontecia na União Soviética, na Alemanha Oriental (no período da Guerra Fria) e, atualmente, na China.

Para comprovar suas teorias, Galileu Galilei não se baseou em falsas autoridades ou achismos, usou de uma tecnologia avançada para a época: o telescópio. Ele

aperfeiçoou o instrumento e pode observar a superfície da Lua e as manchas do Sol. Em 1610, publicou o livro “Mensagem das Estrelas”, que foi muito criticado pelo clero. A Igreja achava que o telescópio produzia ilusões que deformavam a realidade, e por isso não era confiável.

Na verdade, o problema não estava na nova tecnologia que havia sido aprimorada por Galilei. O problema estava nas pessoas que ainda se agarravam às suas velhas crenças, que tomavam como verdade absoluta as proposições dos gregos antigos e não estavam dispostos a compreender a novidade proposta pelo pai da física moderna. Ninguém estava disposto a abandonar as convicções pessoais, uma vez que acreditar numa instituição ou num filósofo grego era mais seguro. E assim, o apego às velhas tradições se sobrepunha ao progresso.

Entretanto, outro filósofo britânico, Francis Bacon (2002, p. 60) afirmava que “a verdade é filha do tempo, não da autoridade”. Por isso, levou um bom tempo para que a Igreja Católica admitisse o seu erro: 350 anos, para ser mais exato. Somente em 1992 o Papa João Paulo II absolveu Galileu, admitindo que o físico estava certo. Três séculos e meio de atraso, de ignorância e de sombras...

Esse triste fato histórico nos faz pensar que ainda levará algum tempo para que possamos desmistificar as autoridades da atualidade que espalham mentiras e, assim, manipulam as convicções das pessoas, ao invés de lapidá-las e de levar os indivíduos a pensar sem as amarras da ignorância, do preconceito e das crendices. No século XXI, uma nova tecnologia tem sido alvo de críticas, acusada de falsificar a realidade - ou melhor, produzir as fake news. Estamos falando da internet.

As pessoas aceitam e compartilham tudo o que veem pelo simples fato do conteúdo ter sido criado por alguma autoridade. Mas nem sempre essa pessoa é autorizada, de fato, a falar sobre o assunto. Nas redes sociais, há teorias das mais absurdas: pessoas defendendo que a Terra é plana, tentando criar pânico com doenças epidemiológicas. Tudo a troco de curtidas, os likes. O telescópio foi

usado para o bem, a internet também pode ser, cabe a cada um conseguir se desprender das antigas crenças e dos preconceitos, e não se deixar levar pelo raciocínio motivado. É necessário questionar convicções pessoais de modo constante, tarefa árdua que exige inquietação e incômodo. Mas é mais fácil permanecer na comodidade das verdades seguras, ainda que falsas, porque poupa esforços.

Uma posição bem crítica às convicções foi formulada pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1878 p. 177):

Convicção é a crença de estar, em algum ponto do conhecimento, de posse da verdade absoluta. Esta crença pressupõe, então, que existam verdades absolutas; e, igualmente, que tenham sido achados os métodos perfeitos para alcançá-las; por fim, que todo aquele que tem convicções se utilize desses métodos perfeitos. Todas as três asserções demonstram de imediato que o homem das convicções não é o do pensamento científico; ele se encontra na idade da inocência teórica e é uma criança, por mais adulto que seja em outros aspectos.

As colocações feitas até aqui não significam uma crítica às autoridades, mas uma denúncia de autoridades falsas, pré-fabricadas pelas redes sociais, tornadas autoridades pelo simples fato de possuírem likes ou uma oratória capaz de convencer. A força de um argumento deve residir em suas premissas que levam à uma conclusão lógica, não na performance do argumentador – caso contrário, é apenas falácia. Se o tema é vacinação contra sarampo e médicos especialistas, estudados, gabaritados falam no rádio, na televisão e na internet sobre a sua importância, por que vou dar credibilidade a alguém sem experiência nenhuma na área promovendo campanha antivacina? No mínimo, é preciso desconfiar.

Voltando um pouco ao passado, no início do século XX, a “Revolta da Vacina”, ocorrida no Rio de Janeiro (capital do Brasil na época), se deu por falta de divulgação da natureza da vacina que combatia a varíola e de seus efeitos benéficos, em conjunto com a truculência das autoridades do Governo Federal,

que queriam forçar os cidadãos a tomar a vacina. O resultado foi uma insurreição popular que durou seis dias. A campanha foi idealizada pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, responsável pela erradicação da febre amarela, da varíola e da peste bubônica no país. Mesmo sendo um especialista reconhecido nacional e internacionalmente, a população se revoltou contra a medida. Esse fato histórico nos ensina que nem mesmo uma autoridade gabaritada pode ser capaz de convencer. O que se vê hoje é justamente o contrário: falsas autoridades, sem prestígio nenhum, mobilizam milhões de pessoas pela internet, levando-as a acreditar nas teorias mais absurdas.

As pessoas não querem desconfiar. A suspeita precede a investigação e, para investigar uma informação, é preciso se mover: pesquisar nos portais oficiais, páginas institucionais, apurar, ir até o posto de saúde e perguntar. Todo esse processo cansa... por isso, é mais fácil aceitar o discurso da pseudoautoridade da internet, que falou de maneira tão convincente e possui tantos likes, não é mesmo? Deve ser verdade...

Aí retornamos ao “mestre mandou”: as pessoas não conseguem se desprender das autoridades, pensar por si mesmas. O uso da razão leva à emancipação do sujeito e o contrário disso é a obediência cega, que anula a vontade e os sonhos. Quem se ausenta das decisões importantes sobre sua própria vida, sua família, sua cidade, seu país, deixa de ter razão. Em seu pequeno ensaio sobre “O que é Esclarecimento”, Kant (1784, p. 5) afirmou:

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade autoimposta. Menoridade é a incapacidade de usar seu próprio entendimento sem qualquer guia. Esta menoridade é autoimposta se sua causa assenta-se não na falta de entendimento, mas na indecisão e falta de coragem de usar seu próprio pensamento sem qualquer guia. Sapere aude! (Ouse saber!). Ter a coragem de usar o seu próprio entendimento é, portanto, o mote do Esclarecimento.

Atingir a maioridade intelectual não é um processo fácil. Isso implica assumir

responsabilidade sobre nossos atos, pensar livremente sem a tutela de terceiros. Quando somos crianças, nossos pais são os responsáveis por nós. Por isso o termo “menor de idade”, embora em desuso pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Em matéria de espírito é a mesma lógica. O fato do corpo biológico crescer e se desenvolver não significa que o espírito também se expandiu e tem a capacidade de pensar por si ou a coragem de se aprofundar em reflexões complexas que demandam esforço intelectual. A maioria das pessoas ainda permanece na “idade da inocência teórica”, como crianças brincando de “o mestre mandou”, atentas ao comando para disseminar fake news nas redes sociais.

Nem todos estão dispostos a atingir a maioridade. E por quê? A resposta de Kant (1784, p. 5) foi severa: “[...] preguiça e covardia são as razões de a maior parte da humanidade, de bom grado, viver como menor durante toda a sua vida [...]. Preguiça e covardia demonstram porque é tão fácil para alguns se manterem como tutores”. Nascimento e Nascimento (2008, p. 5) comentaram:

[...] como se fosse uma criança, o homem que age ou pensa apenas guiado por outros só chegará realmente à maturidade se vencer a covardia e o medo e tiver coragem de se libertar de seus tutores, para pensar e agir segundo sua própria razão. Esse movimento, por meio do qual passamos de uma menoridade dependente para uma condição de maioridade e de autonomia, é exatamente o que Kant chama de ilustração.

O que é mais fácil: assumir as rédeas da própria história ou delegar essa responsabilidade a terceiros, a uma autoridade? É cômodo contar com o apoio de um tutor, um líder espiritual, uma figura política. Atualmente, está em alta a figura do coach. Pululam nas redes sociais estes “especialistas em sabe-se lá o quê”, dando palestras motivacionais, contando seu “case” de sucesso, apresentando soluções para tudo e, no fundo, resolvendo nada. No fim das contas, se a autoridade falhar, eu sei a quem culpar. Se eu falhar, como poderei culpar a mim mesmo? O ser humano sempre procura um bode expiatório para expurgar sua própria culpa.

É por isso que Kant já iniciou seu ensaio dizendo que o homem é o próprio culpado de sua menoridade. Chamou para o sujeito tal responsabilidade. Porque enquanto o sujeito não tiver condições de pensar por si, estará sempre numa posição de coadjuvante. Dessa forma, é bem mais simplório por um mito no poder - que apresenta soluções fáceis para o país - que pensar em soluções mais complexas, refletir quais responsabilidades precisam ser tomadas e o que pode ser feito, enquanto cidadão, para melhorar a situação da vizinhança, do condomínio, do bairro, etc.

A criação do mito em torno de certas figuras políticas diz muito sobre a maneira equivocada que uma parcela da população decidiu participar da campanha eleitoral de 2018. Distorcendo o conceito de autoridade, Jair Bolsonaro é a representação da autoridade [moral]. Na internet é comum o chamarem de mito, ainda que em tom de piada, de descontração - típico do ambiente virtual.

Em todo caso, não há como negar que Bolsonaro se tornou um personagem mítico, lendário. Essa personificação da autoridade assume a tutela para si de seus seguidores que, se sentindo resguardados por seu patrono, acham que podem agir com raiva, preconceito e irracionalidade nas redes sociais. Os discursos de ódio têm um alvo: mulheres, negros, indígenas, LGBTQI, quilombolas e pessoas pobres. Os seguidores de Bolsonaro estão sempre prontos a responder com a hashtag mito (#mito) numa espécie de reza brava que serve para qualquer tipo de discussão. Não argumentam, apenas repetem incansavelmente: mito, mito, mito...

Analisemos o significado de mito: esta palavra surgiu entre os gregos da junção de dois verbos, mytheyo e mytheo, que podem ser traduzidos como “contar, narrar, conversar”. Durante muito tempo, a mitologia serviu como uma tentativa de explicar, por meio de narrativas, a origem do mundo, do universo, das virtudes atribuída aos deuses. O mito, na Grécia Antiga, segundo a filósofa Marilena Chauí (2000, p. 32) representava: “um discurso pronunciado [...] para ouvintes que recebem como verdadeira a narrativa, porque confiam naquele que

narra; é uma narrativa feita em público, baseada, portanto, na autoridade e confiabilidade da pessoa do narrador”.

Nada de diferente quando se analisa o “mito Bolsonaro”. Seus seguidores confiam plenamente em suas narrativas. Tomam suas declarações como verdade absoluta. Diante das eleições presidenciais de 2018, quando as pesquisas - feitas por institutos sérios, de prestígio, com amostra confiável e registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - apontavam que o candidato perdia para os demais, seus seguidores chamaram as pesquisas de falsas, mentirosas, produzidas por comunistas, etc. Para os bolsonaristas, as pesquisas não tinham peso nenhum, o que importava mesmo era o que Bolsonaro, enquanto autoridade constituída, apresentava como narrativa - que logo era tida como a correta. “O mito é, pois, incontestável e inquestionável” (CHAUI, 2000, p. 32).

Isso não significa que os eleitores de Bolsonaro não pensam, não são críticos. Antes de qualquer acusação de generalização (argumento usado para quase tudo hoje em dia), o parâmetro de análise dos bolsonaristas foi a pesquisa da professora Esther Solano (2018), em parceria com o instituto Friedrich Ebert Stiftung Brasil.

Na mitificação de uma figura política como Bolsonaro, outras implicações estão envolvidas, como a papização da política. O que isso quer dizer? Ora, de um mito não se pode duvidar, apenas aceitar e obedecer. O culto à personalidade autoritária de Bolsonaro fez surgir uma espécie de fanatismo político, a seita do “cidadão de bem”. A papização do mito Bolsonaro faz com que ele adquira um status de infalibilidade (dogma papal, conforme a doutrina católica), que o transforma numa espécie de chefe supremo acima do bem e do mal. Caso critique a vida passada do mito, seus discursos antigos apoiando a ditadura, a tortura e ofendendo homossexuais, é tudo mentira, fake news, distorções. Uma legião de haters, integrantes da seita do “cidadão de bem”, surgirá em sua timeline para atacar e iniciar uma verdadeira cruzada virtual contra a sua posição. Bolsonaro não pode ser criticado ou interrogado, afinal, é uma “autoridade moral” inquestionável, indubitável e acima de qualquer suspeita. Só

que não.

O que chama a atenção é que o nascimento da filosofia - como pensamento crítico que reflete sobre os fenômenos naturais a partir de uma racionalidade e não por credices - se deu justamente a partir da superação das narrativas míticas, principalmente quando se consolidou a polis, espaços públicos onde os cidadãos livres discutiam e elaboravam as leis que deveriam ser seguidas por todos.

Na cidade política (polis), os cidadãos podiam produzir suas próprias narrativas, que se contrapunham, muitas vezes, às narrativas míticas. Sendo assim, os discursos eram compartilhados, dialogados, persuadidos ou dissuadidos num amplo processo de debates políticos. Consequentemente, outros espaços privados foram reservados para os mitos. Nos espaços públicos a filosofia pode florescer, como relatou Chauí (2000, p. 36): “a política, valorizando o humano, o pensamento, a discussão, a persuasão e a decisão racional, valorizou o pensamento racional e criou condições para que surgisse o discurso ou a palavra filosófica”.

Se a consolidação do debate político possibilitou o surgimento da filosofia e a superação do mito, hoje se vê o caminho inverso: a despolitização das pessoas conduz à falta de participação na vida política. Isso tem feito surgir os mitos, isto é, figuras lendárias na política partidária com soluções superficiais para o país. Não há debates, mas imposições de narrativas mitológicas. Os debates são considerados uma das chaves das campanhas eleitorais, mas a atitude de Bolsonaro de fugir deles não escandalizou seus seguidores - porque o que vale é a narrativa que ele contou. O resto é resto.

Participar da vida política não significa votar de quatro em quatro anos. Isso é apenas uma parte da política. A política se faz diariamente, tendo em vista que participamos da polis, isto é, da cidade e temos o dever de zelar por ela. Isso serve para todos, conservadores ou progressistas. Em qualquer espectro político

podem surgir mitos com discursos popularescos que ludibriam as massas. Mas se você está atento à trajetória política de um candidato sabe se ele tem uma vida ativa na política de sua cidade, quantos e quais projetos apresentou, quais conseguiu aprovar e se o nome dele ou o da família não está envolvido em escândalos de corrupção. Quando é assim, as chances de ser seduzido pelas narrativas mitológicas diminuem.

Participar da política vai desde separar o lixo reciclável de casa, frequentar as reuniões de pais dos filhos, ajudar nas festas de arrecadação financeira da escola para a construção de uma rampa de acesso para alunos com deficiência, auxiliar na quermesse da Igreja, contribuir nas audiências públicas que discutem a tarifa de luz ou assinar uma petição online, etc. Tudo é política! Segundo o axioma aristotélico: “o homem é um animal político”.

O homem que não assume ser um animal político incorre no erro de agir apenas como um animal, não se incomodando com o cabresto que lhe for imposto. Estar desanimado com a política não é desculpa para fugir das responsabilidades como cidadão. Desânimo significa falta de ânimo, de disposição, em suma, preguiça! Essa inércia, apatia política, vai nos custar muito caro, em uma conta que será repassada às gerações futuras.

Capítulo 2

Teoria crítica para entender as bolhas ideológicas

2.1 Quando a classe dominante não se enxerga em sua própria bolha

Para compreendermos o processo da alienação e do poder da ideologia, gostaria de descrever ambos os conceitos a partir do filme “Vestígios do dia” (1993), que foi ambientado entre os anos 1930 e anos após término da II Guerra Mundial na Inglaterra. A produção mostrou a ascensão do nazismo e o apoio de parte da aristocracia britânica à Alemanha. Um dos incentivadores naquele contexto era Lord Darlington, dono de uma mansão que tinha como mordomo James Stevens, personagem central do filme.

O senhor Stevens era um empregado inteiramente comprometido com o trabalho, que não abria espaços para a expressão de seus sentimentos pessoais. Enquanto se desenrolavam as reuniões entre as mais renomadas autoridades da Europa, na mansão do Lord Darlington, o mordomo permanecia inflexível e apenas exercia seu trabalho de servir, muitas vezes ignorando temas repletos de preconceito e ódio. Dentre os assuntos discutidos, estavam a valorização das leis fascistas de segregação contra judeus, ciganos e negros, vistas como “importantes medidas sanitárias” e os elogios ao regime nazista - que reprimia as manifestações sindicais da classe trabalhadora alemã.

Para Stevens, sua obrigação era exclusivamente servir e partia da presunção de que seu patrão era superior em “estatura moral”. Nas cenas em que o mordomo era interpelado sobre concordar ou não com as posições políticas tomadas pelo seu chefe - ao som de uma trilha sonora de suspense - ele se esquivava da resposta e dizia apenas que não costumava ouvir as conversas entre os “nobres cavalheiros”, para não se distrair de seus afazeres.

O mordomo não tinha consciência dos discursos de ódio que circulavam naquela casa, bem debaixo do seu nariz? Confiava incondicionalmente em seu patrão, apesar de sua inclinação nazista e da postura antissemita que o levou a demitir duas empregadas pelo simples fato de serem judias. Stevens revestiu-se de uma couraça de formalismo e servidão, e anulou seus sentimentos, perseguindo o papel ideal que a sociedade inglesa convencionou para um mordomo: a submissão ao patrão e a necessidade de estar sempre em prontidão, passivo e amorfo.

Stevens é o retrato perfeito da alienação pelo trabalho. Alienação é um conceito central na teoria marxista, e diz respeito ao processo histórico-social no qual o trabalho humano ganha vida própria, autonomia do homem. Ao escapar das mãos humanas, o resultado deste trabalho torna-se estranho, independente e possui mais valor do que aquele que produziu tal resultado, através da sua força de trabalho. O trabalhador, então, transforma-se em coisa, uma mercadoria que pode ser substituída facilmente pelo mercado. Isso causa incompreensão, estranheza mesmo ao empregado - que passa a ficar alheio de sua própria natureza (porque começa a se sentir uma “coisa”, não um ser humano) e também se torna alheio aos outros (porque perde os laços de afetividade e de empatia para com as demais pessoas).

Stevens é este sujeito alienado de si e dos outros. Sua total dedicação ao trabalho o levou à obediência cega ao seu chefe, a tal ponto que, quando seu pai faleceu, pouco conseguiu esboçar sentimentos. Da mesma forma, demonstrou pouca preocupação quando as jovens judias foram demitidas por motivação antissemita.

Em várias ocasiões da vida nos comportamos como genuínos mordomos: passivos, subservientes, estranhando nossas atividades laborais, mas as executando de forma incansável. Importante frisar que não é apenas o trabalho que aliena. Conforme o “Dicionário de Pensamentos Marxistas”, de Tom Bottomore (1983, p. 21), “há muitas formas nas quais o homem aliena de si mesmo os produtos de sua atividade e faz deles um mundo de objetos separado,

independente e poderoso, com o qual se relaciona como um escravo, impotente e dependente”. Isto posto, estamos sempre prontos a servir no trabalho, submissos à lógica do capital que explora nossa mão-de-obra, porém, não enxergamos. Estamos sempre prontos a servir igrejas, que exortam os trabalhadores a serem submissos e dissuadem revoltas, enquanto prometem consolo para as almas exploradas apenas após a morte - e não nesta vida. Foi nesse sentido a crítica de Rosa Luxemburgo (1905, online):

O clero, não menos do que a classe capitalista, vive do povo, se beneficia da degradação, da ignorância e da opressão das pessoas. O clero e os capitalistas parasitas odeiam a classe trabalhadora organizada, consciente dos seus direitos, que luta pela conquista das suas liberdades. Pois a abolição da desordem capitalista e o estabelecimento da igualdade entre os homens desferiram um golpe mortal, especialmente no clero que existe só graças à exploração e à pobreza.

Por que as pessoas se comportam de forma tão submissa e não enxergam a exploração que as transforma em coisas? Ora, se a realidade material e social é cheia de contradições, de um lado há a classe dominante - explorando, oprimindo e desumanizando – e de outro lado, a classe dominada, alienada, oprimida e desumanizada. O que separa uma classe da outra, assim como mantém os dominados em situação de letargia é a ideologia, um conjunto de ideias ligadas aos interesses da classe dominante, que serve para ocultar as contradições sociais, inverter a realidade. Segundo Bottomore (1983, p. 294):

[...] enquanto os homens, por força de seu limitado modo material de atividade, são incapazes de resolver essas contradições na prática, tendem a projetá-las nas formas ideológicas de consciência, isto é, em soluções puramente espirituais ou discursivas que ocultam efetivamente, ou disfarçam, a existência e o caráter dessas contradições. Ocultando-as, a distorção ideológica contribui para a sua reprodução e, portanto, serve aos interesses da classe dominante.

Para maior aprofundamento no conceito de ideologia, Marilena Chauí (1982, p. 82) afirmou que se trata de “um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados”. Também a partir de uma perspectiva marxista, Martino (2009, p. 66) afirmou que a ideologia é “[...] um conjunto de valores, práticas e aspirações responsáveis por criar a moldura a partir da qual o indivíduo entende o mundo ao seu redor”.

Esse conjunto de valores pertence às superestruturas (religião, cultura, educação, política) e atua sobre as estruturas (as relações econômicas de produção). O que faz a ideologia existir e manter a sua função é justamente essa separação. Conforme Chauí (1982), aqueles que pertencem às superestruturas (os que pensam os bens simbólicos, isto é, as leis, as normas, a cultura, a religião) dominam aqueles que pertencem às estruturas (os trabalhadores, o proletariado, os dominados excluídos do processo de pensar os bens simbólicos).

Entretanto, enquanto houver uma ideologia escondendo as contradições sociais - ideologia muitas vezes manifesta na política - será impossível romper com a dominação. Porque “ ‘as classes dominantes’ [...] são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (EAGLETON, 1997, p. 78).

A classe dominante está associada a uma ideologia de direita, em termos de ideologia político-partidária. Dessa forma, se alinha aos interesses do mercado financeiro, dos grandes latifundiários, dos multimilionários, dos defensores do Estado mínimo e de uma economia neoliberal. Discursos de direita estão ganhando espaço em todo mundo. Para citar países de grande representatividade: Theresa May, primeira-ministra da Inglaterra do Partido Conservador; Marine Le Pen, candidata derrotada na corrida presidencial da França mas que saiu fortalecida politicamente; Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos, do Partido Republicano e, na América Latina, Mauricio Macri, da Argentina e o Presidente Jair Bolsonaro, no Brasil. Douglas Kellner (2001) comentou o fenômeno da movimentação à direita provocado pelo crescimento do

conservadorismo:

Em todo o mundo ocidental, os conservadores têm tentado obter hegemonia assumindo o poder político e usando-o para concretizar seus programas econômicos, políticos, sociais e culturais. Têm empregado o poder político e econômico para pôr em prática um programa de transformação cultural, tentando fazer o relógio voltar para uma era anterior de governo conservador (KELLNER, 2001, p. 29).

O interessante de se analisar é como a população geral, formada pela classe trabalhadora, vem aderindo ao discurso da ideologia dominante. O que se tem descoberto é que as táticas que os políticos de direita utilizam para conquistar o eleitorado não são tão limpas e honestas - seja no Brexit, seja na campanha eleitoral à presidência dos Estados Unidos de 2016.

O pleito eleitoral americano de 2016 foi considerado um dos mais sujos da história do país, com ataques, difamação e divulgação de fake news de ambos os lados. Entretanto, a candidata Hillary Clinton foi a mais prejudicada e teve que combater inverdades envolvendo seu nome e de sua família, além de lidar com a espionagem de hackers russos, ao que tudo indica, responsáveis por invadir e-mails do Partido Democrata e vaziar informações confidenciais - um prato cheio para a campanha difamatória em curso, promovida por Trump e sua equipe.

O documentário “Get Me Roger Stone” (2017), disponível na Netflix, narra todos os bastidores sombrios da campanha de Trump, gerenciada pelo estrategista de comunicação política Roger Stone. O documentário apresentou algumas regras (esdrúxulas) que Stone utilizou em campanhas eleitorais, dentre elas manter-se sempre no ataque aos adversários, nunca na defensiva e “política é show business”, isto é, os eleitores não sabem a diferença entre entretenimento e a plataforma política de um candidato.

Stone é oriundo da “nova direita” americana, que passou a jogar abertamente de forma desonesta em campanhas eleitorais, pioneira em espalhar anúncios negativos em massa para influenciar a opinião pública contra adversários políticos, conforme o documentário já citado. Dentre as armas eleitorais da nova direita estão a meia-verdade, a insinuação, a distorção e a difusão de teorias da conspiração. Foi Stone, inclusive, quem espalhou o boato de que o ex-presidente Barack Obama não era americano, algo que Trump nunca desmentiu.

O curioso é que Stone chegou ao poder apoiando o republicano Richard Nixon, que tinha como estratégia política extrair o ressentimento racial das pessoas no agitado contexto das décadas de 1960 e 1970, com intensa luta pelos direitos civis dos negros. É uma estratégia semelhante à atitude adotada por Trump, mas agora com novo alvo para o ressentimento: os imigrantes. Stone cria táticas eleitoreiras para desenvolver o ódio contra a política de imigração, contra o establishment (elite política vista como privilegiada), contra a política tradicional. Ao final do documentário (alerta: spoiler), Roger Stone afirmou sua satisfação em provocar, nas pessoas, o sentimento de ira, de revolta: “eu me deleito com seu ódio porque, se eu não fosse eficiente, você não me odiaria” (GET ME ROGER STONE, 2017, grifo nosso).

Stone, inclusive, foi detido pelo Federal Bureau of Investigation (FBI) por sete acusações, dentre elas obstrução da justiça e falso testemunho - decorrentes da investigação sobre um suposto conluio entre a Rússia e a campanha de Trump às eleições presidenciais, conforme noticiou a BBC (2019).

Esse modelo de “nova direita” foi exportado para o Brasil. Nos últimos anos surgiram movimentos reacionários, de extrema-direita, que usam estratégias como a difamação, a falsificação da realidade, a distorção dos fatos e de dados equivocados com a finalidade de atingir a imagem de uma pessoa ou de um movimento social eleitos como os inimigos a serem destruídos. Espalham o ódio, a intolerância e a desinformação.

O Movimento Brasil Livre (MBL), fundado em 2014 por jovens autointitulados liberais, vem ganhando espaço na política. Em 2018, o MBL teve várias páginas e perfis desativados pelo Facebook por violação da política de autenticidade da rede social. Isto é, estavam sendo utilizadas contas falsas para facilitar a divulgação em massa de fake news. É claro que o movimento protestou contra o Facebook, em frente à sede da empresa em São Paulo e fez uma live (na mesma rede social). São as cenas hilárias que a modernidade nos proporciona.

Em 21 dezembro de 2018, o Facebook fez uma nova ação para excluir páginas que violavam a política de autenticidade da empresa, como a utilização de identidades falsas. Novamente, páginas da direita foram banidas - o que levou o presidente eleito a reclamar pelo Twitter: “é muito grave mais uma ‘rodada’ de exclusões de mais de 10 páginas de direita incluindo as de Paulo Eduardo Martins, Eder Borges e República de Curitiba pelo Facebook [...]” (BOLSONARO, 2018b, online).

Se no passado a nova direita americana de Roger Stones já utilizava a tática de espalhar a desinformação por meio de panfletos e pela imprensa tradicional, atualmente, são as redes sociais o principal palco de prestação desse desserviço. Acontece que o Facebook está de olho, apesar das acusações de comunismo feitas pelo MBL à Zuckerberg. Livre mercado é isso: não está satisfeito com um serviço, procure outro. O que não pode é enxergar comunismo em tudo aquilo que não condiz com suas convicções pessoais. Este é o perigo que o Brasil vive, como a mulher que viralizou na internet ao achar que a bandeira do Japão era, na verdade, a bandeira brasileira pintada com as cores do comunismo: “nossa bandeira nunca será vermelha”, reverberou ela, no auge de seu raciocínio motivado - ou seria melhor dizer fanatismo político mesmo?

O fato é: não há nenhum problema em ser de direita ou ser conservador. Historicamente, o Brasil é um país conservador pela herança cristã católica que herdou, pelas elites que sempre governaram o país, desde o período imperial. Depois da queda da monarquia, a inauguração da República não se deu com a participação popular, mas através de uma aliança entre militares e grandes

fazendeiros, com o interesse comum de aumentar politicamente os poderes. Ainda hoje vemos na política esta mesma configuração do poder: de um lado, a bancada ruralista no governo Bolsonaro exercendo forte pressão sobre indígenas e quilombolas e de outro, os militares - que já permaneceram 20 anos no poder durante os anos de chumbo.

As pessoas não se reconhecem em suas próprias posições políticas. Esta falta de educação política gera a despolitização que leva as classes dominadas à defesa de uma ideologia dominante. Esta ideologia não nasceu “do nada”, muito menos se fez ou faz de maneira aleatória: há todo um processo histórico-social de ocultamento da realidade “nua e crua”. Essa realidade é marcada pelas desigualdades sociais, violência de gênero e luta de classes, mundo real apagado em nome de uma ideologia que tenta fingir que nenhum desses problemas sociais e econômicos acontece. Como Stevens, o mordomo, as pessoas seguem uma vida alienante e de servidão ao patrão, sem nenhuma pausa para a autoanálise de suas decisões - aliás, não tomam decisões, apenas cumprem ordens.

Quem se identifica com os valores da direita tem que ter consciência de que os valores que defende são os mesmos da elite econômica que, nas palavras de Jessé Souza (2017, p. 107):

[...] mantém seu padrão predatório de sempre. A grilagem de terra, covarde e assassina como sempre, foi e ainda é uma espécie de acumulação primitiva de capital eterna no Brasil. Os grandes latifundiários aumentavam sua terra e riqueza pela ameaça e pelo assassinato de posseiros e vizinhos, como, aliás, acontece ainda hoje. Nada muda significativamente com a elite do dinheiro de hoje que compra o Parlamento, sentenças de juízes, a imprensa e o que mais for necessário.

Por estarem imersos na realidade opressora, como diria Freire (1987), surge outro problema: a criação de bolhas ideológicas, sobretudo, nas redes sociais -

espaços em que os pensamentos dissonantes são excluídos, bloqueados ou deixados de ser seguidos pelo simples fato de contradizerem ideias pessoais. Se ideologia significa um conjunto de ideias produzidas pela classe dominante, uma bolha envolve a atitude de um indivíduo de se cercar apenas daqueles que pensam de forma igual e compartilham das mesmas ideias suas, excluindo os que apresentam posições políticas contrárias.

Isso, contudo, não significa que os dominados não pensem ou não tenham consciência de sua opressão. As organizações estudantis, sindicais, movimentos sociais e organizações não-governamentais representam tentativas de repensar as estruturas de poder e confrontar a ideologia dominante. O desafio maior reside em, depois de perceber a realidade contraditória na qual se vive, sair do estado de imersão e lutar pela liberdade: deixar de ser o mordomo submisso e passivo do filme. Freire (1987, p. 18) reconheceu o quanto é difícil e doloroso tal processo, a ponto de compará-lo a um parto:

O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos.

A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se.

O caminho está na pedagogia da libertação. Educar as gerações futuras a respeito das contradições sociais e capacitá-las para pensar, criticamente, em propostas de superação e criação de contraideologias - longe da alienação na qual ainda estamos imersos. Somente assim não existirá mais nem o padrão simpatizante do fascismo, nem o mordomo alienado. Daí a necessidade de ter a conscientização, definida por Freire apud SEMERARO (2009, p. 54) como: “a descoberta de ter a própria ‘humanidade roubada’... não por um destino dado, mas como resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos”. A tomada dessa consciência é o que leva os oprimidos a confrontar seus opressores e questionar toda ideologia dominante. A ideologia dominante é que

tenta “apresentar, de maneira camuflada, como interesses de toda a sociedade o que, na verdade, são seus próprios interesses” (LIBÂNIO, 1995, p. 29).

Em seu discurso de posse, Bolsonaro (2019, online) afirmou: “daqui em diante nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política”. Contudo, é graças à militância política que ditadores são derrubados do poder, como aconteceu na Primavera Árabe (embora apenas a Tunísia seja vista como único caso de sucesso dentre os dez países que realizaram manifestações populares). Essa concepção de educação desconectada da política e submetida apenas à lógica da exploração da mão-de-obra (já que Bolsonaro defende a reforma trabalhista que retira direitos da classe trabalhadora) também é uma forma de alienação, que busca fazer com que os cidadãos-mordomos (como no filme citado anteriormente) fiquem preocupados apenas com o trabalho e distraídos das grandes decisões políticas que afetam justamente os trabalhadores. Quem quer um povo despolitizado é apenas quem deseja manter massas de manobra, que são mais fáceis de governar.

Isso está longe de acontecer? Pode ser que sim. Por isso, é preciso ter esperança na boa vontade das pessoas, insistir em novas práticas educacionais e motivá-las para fazer acontecer as transformações que nossa sociedade precisa, superando a ideologia do machismo, da misoginia, da homofobia e do racismo. Porque, de fato, a “educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”, como diz uma máxima atribuída ao pensamento freireano.

2.2 (Trans)passando a bolha da “ideologia de gênero”

A bolha da ideologia heterossexual concebe a identidade de gênero como linear, isto é, acredita que deve haver uma coerência absoluta entre sexo-gênero-desejo-práticas sexuais. Por exemplo, se um indivíduo X nasce com pênis (sexo biológico), imediatamente um nome lhe é dado, Pedro. Logo, presume-se que

Pedrinho pertence ao gênero masculino, e que terá desejos pelo seu oposto (gênero feminino) - adotando, portanto, as práticas heterossexuais.

A expectativa social é que este “menino” se comporte dentro da categoria que lhe é reservada, no caso do exemplo, macho-masculino-heterossexual.

Igualmente se espera que indivíduos biologicamente identificados com o sexo feminino sigam a linha fêmeas-femininas-heterossexuais. Os machos precisam ser fortes, enérgicos, viris e racionais. As fêmeas frágeis, sensíveis, delicadas e passionais.

Ao resgatar o conceito marxista de interpelação, gestado no livro “Aparelhos ideológicos do Estado”, do filósofo italiano Louis Althusser (1980), a filósofa americana Judith Butler fez algumas adaptações para explicar as expectativas acerca do nascimento de uma criança.

Althusser (1980) teorizou que os indivíduos só se reconheciam como sujeitos a partir do momento em que eram interpelados. Um dicionário traz como sinônimo de interpelar: chamar, citar, intimar, abordar. Nesse sentido, o filósofo italiano apresentou a seguinte cena, a título de exemplificação: imagine um policial interpelando um homem na rua, quando o homem se volta em direção ao agente de segurança (após ser interpelado, isto é, ser chamado), é exatamente nesse momento que ele se reconhece como sujeito e assume a posição como tal. “A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos como sujeitos são uma única e mesma coisa” (ALTHUSSER, 1980 p. 100).

Althusser não parou por aí. Da leitura de Sigmund Freud sobre aquilo que se espera de uma criança que vai nascer, o filósofo argumentou que um recém-nascido é sempre já-sujeito, considerando a ideologia familiar (o conjunto de ideias que constituem aquele ambiente: religiosas, políticas, tradições, preferências esportivas, etc.) que incidirá sobre aquele bebê. Todavia, “ninguém nasce feito, vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que nos tornamos parte” (FREIRE, 2001, p. 43). O ambiente familiar é a primeira expressão de

socialização que “forma” o indivíduo na ideologia do seu meio. Assim sendo, nenhuma criança nasce torcendo para o Corinthians ou gostando de jogar futebol. Por mais que os pais tenham a convicção de que “o menino já nasceu jogando bola”, não. Foi graças às imposições ideológicas que a aptidão se desenvolveu. Uma roupinha de neném escrita “timão desde berço” não é uma peça de vestuário insignificante, ao contrário, diz muito sobre as expectativas criadas em torno da criança.

Prosseguindo nesse ponto, Butler (2010, p. 161) retomou o conceito de interpelação:

Consideremos a interpelação médica que, apesar da emergência recente das ecografias, transforma uma criança, de um ser “neutro” em um “ele ou em uma ela”: nessa nomeação, a garota torna-se uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Mas esse tornar-se garota da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma.

Uma das autoridades que interpelam os indivíduos como sujeitos são as igrejas que adotam a ideologia judaico-cristã sobre a divisão binária do sexo, e que a citam compulsoriamente aos pais até que seja interiorizada e replicada para o/a filho/a que está por vir. Dessa forma, a bolha que se criou da chamada “ideologia de gênero” é, na verdade, esse conjunto de ideias tidas como incontestáveis sobre o que é o gênero (algo essencialmente binário), produzido por um grupo dominante e que tenta, com todas as forças, negar outras possibilidades de se fazer o gênero. Como tudo isso envolve verdades consideradas incontestes, é difícil penetrar estas bolhas ideológicas e propor novas abordagens sobre diversidade sexual e igualdade de gênero.

A interpelação ajuda a compreender as razões pelas quais os discursos hegemônicos sobre o gênero são tão fortemente interiorizados pelos indivíduos, a ponto de naturalizarem o gênero como se fosse algo dado. Esse processo de naturalização só é possível por meio do discurso: o gênero não é anterior ao discurso, mas só adquire significado dentro dele. Logo, “[...] não acontece [o gênero] de uma vez por todas quando nascemos, mas é uma sequência de atos repetidos que se enrijece até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo” (SALIH, 2012, p. 94).

Aqueles que não se submetem à essa dominação terminam combatidos no campo da linguagem pela hegemonia heterossexual, que assume diversas estratégias para se legitimar e desqualificar quem a desafia. Todavia, a estratégia ideológica da heterossexualidade só revela o quanto a sexualidade e a identidade de gênero são construções sociais. Nessa perspectiva, Salih (2012, p. 112) refletiu:

Se é verdade que, em vez de simplesmente nascermos “mulher”, somos chamadas a assumir o sexo, então deve ser possível assumir o sexo de maneira a desestabilizar a hegemonia heterossexual. A “hegemonia” refere-se às estruturas de poder no interior das quais os sujeitos são constituídos por meio da coerção ideológica e não da coerção física (deve-se o termo “hegemonia” ao filósofo marxista italiano Antonio Gramsci). Uma menina não nasce menina, mas é “tornada menina” [...]. Longe de ser neutra, a percepção e a descrição do corpo (É uma menina!, etc.) é um enunciado interpelativo performativo, e a linguagem que parece simplesmente descrever o corpo, na verdade, o constitui.

Não há problemas em idealizar o gênero e/ou a sexualidade para as crianças. Não se trata de juízo de valor sobre a criação dos filhos dentro da ideologia heterossexual: é importante reforçar isso em razão de distorções e de interpretações errôneas frequentes. Não há nenhum mal em esperar que uma criança torça para o Corinthians ou cresça jogando bola!

O problema é que nem todos os filhos respondem a tais interpelações da forma

como os pais esperavam. Há aqueles que rompem com as expectativas e decidem não jogar bola, mas fazer aula de dança, por exemplo. Ou decidem uma profissão diferente daquela que seu pai estava sonhando. Dessas rupturas nascem muitos conflitos familiares, porque os filhos acabam frustrando as expectativas de seus progenitores. Porém, os filhos não devem se sentir culpados por isso. A culpa é do pai e da mãe que idealizaram ideologicamente (por mais redundante que isso pareça) suas crianças, exigindo aquilo que eles não podem ou não querem dar. Todo esse processo conflitante e doloroso poderia ser evitado se os pais criassem seus filhos de maneira mais flexível e para a autonomia - a fim de que, ao seu tempo, possam decidir qual caminho desejam trilhar.

Mais difícil ainda será para aquele filho que decidir viver abertamente sua sexualidade não hegemônica, reconhecendo-se gay, lésbica ou bissexual. Ou ainda para os filhos que escaparem das fronteiras do sexo-gênero-desejo-práticas sexuais, e se identificarem como transexuais ou travestis. Serão, todos, considerados filhos ilegítimos ou vergonhas da família, conforme o pensamento conservador, inquisitorial e opressor. Infelizmente, não há meio termo e nem negociações. Butler (2017, online) comentou:

Algumas pessoas vivem em paz com o gênero que lhes foi atribuído, mas outras sofrem quando são obrigadas a se conformar com normas sociais que anulam o senso mais profundo de quem são e quem desejam ser. Para essas pessoas é uma necessidade urgente criar as condições para uma vida possível de viver.

A ortodoxia reacionária, que busca conservar o que acredita ser o único modelo de família (homem e mulher com objetivo à procriação), exclui outras identidades de gênero que não se encaixam nesse padrão binário dominante. Todo indivíduo disposto a enfrentar essa hegemonia, assumindo uma identidade que transcenda ao binarismo, será visto como um indigno, inferior, inimigo da moral e dos bons costumes.

Foi desse imperativo reacionário - ideologicamente orientado pelo

fundamentalismo cristão - que surgiu a expressão “ideologia de gênero”. Uma tática retórica de se combater a terminologia correta, “identidade de gênero”, que significa basicamente “[...] a consciência do indivíduo de pertencer ao gênero feminino ou masculino” (MALDONATO, 2014, p. 2012).

Conforme os “Princípios de Yogyakarta” (2007), a identidade de gênero pode ser conceituada, com maior profundidade, da seguinte forma:

[...] uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher).

Entretanto, a “ideologia de gênero” tem vencido nos espaços dominados por grupos conservadores sectários, sendo usada mais como uma estratégia de linguagem que visa a depreciação dos estudos acadêmicos sobre gênero e sexualidade. Tais estudos - respaldados nas teorias mais avançadas nas áreas das Ciências Sociais e Psicologia - procuram tão somente dar dignidade e respeito à população LGBTQI.

Ao investigar a origem da expressão “ideologia de gênero”, a doutora em Educação Jimena Furlani (2016, online) afirmou ser: “[...] uma narrativa criada no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento pró-vida e pró-família que, no Brasil, parece estar centralizado num site chamado Observatório Interamericano de Biopolítica”.

Assim se dá a gênese da ideologia de gênero, desenvolvida na atitude apocalíptica de grupos fundamentalistas que visualizam no gênero uma espécie de “fim dos tempos”, cujo foco é “destruir” a família tradicional. Ante ao que consideram uma ameaça, esses grupos se organizam para ditar os rumos da política e elegem representantes para pautar assuntos de interesse exclusivo dos cristãos. “Os grupos conservadores religiosos têm uma grande importância política e agem fazendo lobby e formando grupos de pressão diante do poder político, tanto no Executivo como Legislativo e Judiciário” (ESTRADA, 2007, p. 127).

As condições históricas da modernidade possibilitaram transformações sociais e, conseqüentemente, novos arranjos familiares. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em matéria publicada pelo jornal O Globo (2012), pela primeira vez na história a quantidade dos diferentes arranjos familiares ultrapassou o número de famílias tradicionais no Brasil. São casais sem filhos, famílias monoparentais, netos morando com avós, irmãos e irmãs, casais homoafetivos e outros arranjos distintos da apresentação familiar tradicional. Butler (2017, online) analisou estas transformações familiares:

Famílias queers e travestis adotam outras formas de convívio íntimo, afinidade e apoio. Mães solteiras têm laços de afinidade diferentes. A mesma coisa se dá com famílias mistas, nas quais as pessoas se casam novamente ou se juntam com famílias, criando amálgamas muito diferentes daqueles vistos em estruturas familiares tradicionais.

Encontramos apoio e afeto através de muitas formas sociais, incluindo a família, mas a família é também uma formação histórica: sua estrutura e seu significado mudam ao longo do tempo e do espaço. Se deixamos de afirmar isso, deixamos de afirmar a complexidade e a riqueza da existência humana.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Judith Butler foi questionada a respeito da razão da discussão sobre gênero causar tantos temores em algumas

pessoas. Ela respondeu:

Enquanto alguns entendem que vidas podem ter várias trajetórias de gênero e sexuais, os que temem o gênero querem que haja só uma vida. E querem que ela seja fixada por Deus ou por lei natural.

Todo o resto é caos amedrontador, e com frequência escolhem o ódio como forma de lidar com seus medos (BUTLER, 2015, online).

O sectarismo, como bem percebido por Freire (1987), transforma a realidade numa ilusão, a falsifica e, portanto, faz acreditar que não pode ser mudada. Em decorrência disso, é necessário analisar a “ideologia por trás da ideologia de gênero”. Por quais razões tais discursos hegemônicos são tão fortemente interiorizados pelos indivíduos e em que medida produzem uma falsa realidade sobre a identidade de gênero e a orientação sexual?

Os grupos religiosos, com o uso da falácia do espantalho, atacam o que distorcem, criticam o que eles mesmos construíram. Diante disso, quem deseja educar as grandes massas para o respeito à diversidade sexual, tem diante de si um esforço duplo: tem que se esforçar para explicar que “ideologia de gênero” não existe, é falaciosa e falsa e para explicar a diferença entre identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico.

É lamentável que o esforço que poderia ser empreendido na explicação dessas três dimensões tenha que ser concentrado, em grande parte do tempo, no trabalho de desmentir e combater as manipulações semânticas que visam confundir, propositalmente, os conceitos sobre gênero, sexualidade e sexo. Essa é uma tática bem conhecida pela dialética schopenhaueriana, com o objetivo não do diálogo, mas da vitória a todo custo em um debate e da aniquilação total dos opositores.

O que se percebe, então, analisando o sectarismo cristão, é o total desprezo pela verdade, uma postura anticientífica, fechada ao diálogo e calcado no fanatismo religioso. Foi esta a constatação de Furlani (2016, online):

Agora, a ideologia de gênero eles [conservadores católicos] não assumiram que inventaram. A gente que tem que descobrir e contar para as pessoas que isso não existe nos estudos de gênero, que é uma interpretação propositalmente construída de forma negativa. As cartas não estão na mesa, eles não assumem que ninguém está doutrinando crianças na escola, que eles querem que não se fale de gênero na escola para que as crianças não acolham os sujeitos da diversidade, para que não aceitem que as pessoas possam ser vistas definitivamente sem preconceito. Que eles não aceitam os direitos humanos ampliados. Tem um vídeo que, ao mostrar um casal de transexuais, vem um comentário de que se trata de uma aberração humana, já que Deus criou o homem e a mulher. A gente conclui dele que eles são contra o conceito gênero porque Deus não criou travesti, transexual, transgênero, e, por isso, essas pessoas não merecem ter direitos.

A última visita de Judith Butler ao Brasil, em 2017, gerou grande repercussão. Um abaixo-assinado circulou na internet com objetivo de boicotar sua palestra e grupos de fundamentalistas cristãos saíram às ruas com imagens da filósofa, que foi chamada de bruxa - acusação seguida da queima de suas imagens, em um ritual parecido com as inquisições da Idade Média. Não bastasse tanto ódio, Butler foi perseguida no aeroporto, quando tentava embarcar de volta para os Estados Unidos e novamente hostilizada, acusada de promover o aborto e a pedofilia. Para rebater as acusações, ela escreveu um artigo em que chamou a atenção para o fato de que a pedofilia nunca será algo que o movimento LGBTQI irá compactuar, ao contrário: Butler lembrou que a pedofilia é um mal que se encontra no interior nas instituições religiosas, como a Igreja Católica. Para citar um caso recente (2018), todos os bispos do Chile apresentaram renúncia ao Papa Francisco, uma vez que a Igreja chilena foi acusada de acobertar casos de abusos sexuais contra crianças por duas décadas. A filósofa foi alvo de protestos em 2017 e, no ano seguinte, os casos de pedofilia ainda

perduravam no seio da Igreja e sabe-se lá quantos casos ainda virão à tona. Sobre pedofilia e Igreja, Butler (2017, online) fez a seguinte reflexão:

Então fiquei pensando: por que um movimento a favor da dignidade e dos direitos sexuais e contra a violência e a exploração sexual é acusado de defender pedofilia se, nos últimos anos, é a Igreja Católica que vem sendo exposta como abrigo de pedófilos, protegendo-os contra processos e sanções, ao mesmo tempo em que não protege suas centenas de vítimas?

Será possível que a chamada ideologia de gênero tenha virado um espectro simbólico de caos e predação sexual precisamente para desviar as atenções da exploração sexual e corrupção moral no interior da Igreja Católica, uma situação que abalou profundamente sua autoridade moral?

O problema da expressão “ideologia de gênero” é que ela já contém, em si, a conclusão à qual pretende conduzir: permite apressadamente concluir que gênero se trata de uma imposição ideológica. Como resultado, isso demoniza o movimento LGBTQI e o elege como inimigo da família tradicional. Mas, se a maioria dos LGBTQI nasceu, cresceu e recebeu educação em uma família tradicional, por qual motivo esse grupo iria querer destruir tais famílias? Este é o modelo familiar de seus irmãos, primos, amigos, etc. Por que destruiriam as famílias que eles também amam? Na realidade, o que os LGBTQI sonham é que as famílias que formarem sejam igualmente reconhecidas, amadas, respeitadas e incluídas por toda a sociedade.

O caminho para (trans)passar essa bolha ideológica é esse: fazer com que os heterossexuais se enxerguem como ideologia dominante, percebam seus privilégios sociais e se deem conta da necessidade de acolher, compreender e se solidarizar com a causa das minorias sexuais. Essa pedagogia libertadora não se dará pela conscientização de todos de uma vez, mas em um trabalho um a um, “corpo a corpo”, hétero por hétero, até que aprendam a problematizar a realidade na qual estamos todos inseridos.

Projetos como o “Escola Sem Partido” (sepultado felizmente em 2018) têm como finalidade manter as coisas como estão: uma sociedade desigual entre homens e mulheres e com altos níveis de assassinato de pessoas transexuais. Educar crianças dentro da compreensão sobre igualdade de gênero e respeito à identidade de gênero é plantar uma semente para a superação de preconceitos, como afirmou Chimamanda Ngozi Adichie (2014, p. 30):

A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente.

Parafraseando Freire (1996), a ideologia dominante (no caso aqui estudada, a heterossexualidade) não pode eleger a si mesma como determinante de todas as vidas, como algo pré atribuído, que define de uma vez por todas as ações. A heterossexualidade pode até tentar condicionar nossas vidas, mas não determinar eternamente e nem ser o fator de impedimento para a mudança da realidade social.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 1987, p. 20).

Sim, a realidade social em que vivemos - marcada pela homofobia, discriminação e preconceito - pode ser transformada! Ela não é algo inexorável. No momento, está da forma que se apresenta, mas pode muito bem ser outra

bastante diferente, inclusiva, plural e igualitária. É trabalhando para construir esta nova sociedade que nós, os progressistas (mulheres e homens), seguimos acreditando na possibilidade da mudança, libertando uns aos outros - mas permanecendo de mãos unidas. Ninguém solta a mão de ninguém.

2.3 O espetáculo dos memes: a bolha do WhatsApp

O termo “meme” foi cunhado em 1976 pelo etólogo Richard Dawkins, em seu livro *The Selfish Gene* (O Gene Egoísta). Segundo Dawkins, baseado em teorias neodarwinistas, assim como os genes que são transmitidos no processo evolutivo, os memes também realizam um processo parecido de transmissão, mas no campo da cultura. Dessa forma, memes são imagens, signos, crenças e todos os componentes simbólicos que participam desse processo de transmissão cultural. Em síntese, memes são uma “unidade de imitação” (DAWKINS, 2007, p. 330).

Já que os genes estão relacionados com a transmissão de informações biológicas, os memes são as informações culturais transmitidas de geração para geração, agindo por imitação e tendo como características a longevidade, a fecundidade e a fidelidade. Para que um meme seja bem-sucedido, isto é, garanta a sua sobrevivência, ele precisa atender esses três requisitos.

A longevidade significa a duração do meme no tempo: o quanto ele resiste ao longo de dias, meses ou anos. Um meme não tem prazo de validade, pode durar dias, como uma música chiclete que viralizou na internet, ou séculos - como é o caso da religião que, por compor um conjunto de informações culturais, também pode ser interpretada como um meme. Fecundidade diz respeito à capacidade de propagação do meme em diferentes veículos, sejam os cérebros humanos ou diferentes suportes tecnológicos: quanto maior a disseminação em diferentes meios de comunicação, mais fecundo ele será. Já a fidelidade se refere à sua capacidade de gerar cópias: quanto mais fiel a replicação de um meme, melhor será a comunicação, sem ruídos. Uma comunicação sem ruídos é aquela em que

a mensagem não sofre nenhuma interferência ou alteração em seu conteúdo, sendo recebida pelo receptor tal e qual saiu do emissor, fiel e intacta.

Com o advento da internet, os usuários logo começaram a usar o termo meme em referência a qualquer conteúdo que se propaga no ciberespaço, sobretudo, nas redes sociais e com conotação cômica. Todavia, um meme vai além de uma informação engraçada, seja um gatinho, a imagem irônica do personagem Willy Wonka ou do Chapolin Colorado. Memes podem ser conteúdos falsos, informações distorcidas, imagens manipuladas ou tiradas propositalmente do contexto para prejudicar um indivíduo ou instituição. Pensando a partir de Guy Debord (1931-1994) - filósofo e militante político francês que participou ativamente das manifestações de maio de 1968, em Paris - podemos afirmar que os memes têm o poder de converter o mundo real “[...] em simples imagens, estas simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes típicas de um comportamento hipnótico” (DEBORD, 2003, p. 19). O meme é um signo sofisticado produzido pelo capitalismo, que gera cada vez mais alienação em quem o contempla.

As campanhas digitais são um exemplo de como a realidade está submetida ao capital: é o dinheiro que dita o falso e o verdadeiro. Sakamoto (2016) conversou com uma pessoa envolvida nesse tipo de campanha, cujo salário era garantido pelas mentiras que espalhava, (de)formando opiniões em redes sociais. Segundo essa fonte:

[...] o objetivo de pôr um meme falso, por exemplo, para circular, não é tanto mudar a ideia de quem concorda com a pessoa que é alvo da campanha de difamação, mas municiar de argumentos e fortalecer a identidade de quem não concorda. E, ao mesmo tempo tentar criar uma dúvida razoável em quem fica na zona cinzenta (SAKAMOTO, 2016, p. 118).

Ainda conforme Sakamoto (2016), há alguns passos para criar um meme e espalhar mentiras, dentre eles: escolher uma foto da pessoa alvo da difamação;

utilizar um título que ponha em dúvida a credibilidade da futura vítima; atribuir uma frase absurda que a pessoa nunca disse, mas que o cidadão comum considere crível; ridicularizar e exigir explicações sobre a mentira que acabou de ser inventada e, finalmente, ter a certeza de que o meme será compartilhado, o que pode ser facilitado com o uso de contas anônimas para esse fim – que ampliam o estrago. Como se vê, “a especialização das imagens do mundo acaba numa imagem autonomizada, onde o mentiroso mente a si próprio” (DEBORD, 2003, p. 14).

Um meio de comunicação onde os memes encontraram um campo fértil para se proliferar foi o WhatsApp, serviço de troca de mensagens de texto instantâneo, além de vídeos, fotos e áudios através de uma conexão à internet. Lançado em 2009, foi comprado em 2014 pelo Facebook (maior rede social do mundo) de Mark Zuckerberg. O Brasil é um dos países que mais utiliza essa tecnologia para comunicação: a estimativa é que 120 milhões de brasileiros tenham o aplicativo, sendo o segundo país com maior número de usuários (76%), perdendo apenas para a África do Sul (82%), conforme pesquisa da Mobile Ecosystem Forum (MEF).

Para Debord (2003, p. 13), “toda a vida das sociedades na quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”. Embora o filósofo não tenha vivido para ver o avanço da internet, é possível compreender como o WhatsApp (este meio de produção moderno) se tornou um aplicativo que acumula toda forma de imagens para consumo rápido, fácil e sem a necessidade de reflexão crítica – em suma, de espetáculos. Os memes são essas mercadorias - imagens, produzidas para entreter, distrair as pessoas e que, dessa forma, tiram a atenção de assuntos mais importantes. Como são imagens cada vez mais especializadas, frutos do neoliberalismo que valoriza a cultura do descartável, elas funcionam como soníferos para a sociedade moderna, que não consegue acordar para o mundo real. “O espetáculo é o guardião deste sono” (DEBORD, 2003, p. 20).

Nas eleições presidenciais de 2018 ficou evidente a realidade paralela criada pelo WhatsApp na enxurrada de desinformação das fake news, disparadas massivamente através de grupos (que podem conter até 256 membros) criados para apoiar determinado candidato. No WhatsApp, as mensagens são criptografadas de ponta-a-ponta, ou seja, somente o usuário e a pessoa com quem está se comunicando leem o conteúdo enviado - nem mesmo os próprios desenvolvedores do aplicativo têm acesso. Em nome da privacidade e da segurança, um novo problema foi criado: a facilidade de espalhar conteúdos caluniosos, injuriosos e difamatórios que, pela Constituição Federal, não têm nada a ver com liberdade de expressão - pois são crimes. Nem todo conteúdo que circulou pelos grupos de WhatsApp foi para divulgar propostas de um candidato ou suas benfeitorias durante a vida pública. Muitas mensagens tiveram como intuito apenas depreciar adversários políticos ou criar teorias da conspiração, num verdadeiro ambiente de guerra ideológica.

Conforme levantamento realizado pelo Congresso em Foco, durante a corrida presidencial, as agências de checagem de informação tiveram que desmentir 123 boatos relacionados aos dois candidatos que foram para o segundo turno, Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). Do total, 104 eram fake news que prejudicavam diretamente a campanha de Haddad.

Quanto maior o público que acessa esse tipo de conteúdo, maior a chance de compartilhamento. Por serem memes, sua fecundidade também aumenta. Uma pesquisa realizada pelo Datafolha, durante a campanha presidencial, mostrou o WhatsApp como uma das redes sociais mais populares: 66% do eleitorado brasileiro possuía conta no aplicativo. Entre os principais candidatos, os eleitores de Jair Bolsonaro (PSL) eram os maiores usuários de alguma rede social, sendo o WhatsApp uma das mais utilizadas: dos entrevistados, 57% consumiam “notícias” sobre política e eleições pelo aplicativo de troca de mensagens.

O termo “notícias” foi colocado entre aspas por ser reconhecido que muitos dos conteúdos divulgados nos grupos pró-Bolsonaro não tinham nada de jornalísticos: eram memes repletos de distorções dos fatos, agressivos, que

incitavam o ódio e a violência e não permitiam o contraditório. Em jornalismo, uma das regras fundamentais da profissão é o amplo debate de ideias, em que diferentes vozes opinam sobre um mesmo tema. Em reportagem do jornal El País, em que repórteres acompanharam a movimentação desses grupos, foi constatado que os discursos eram uníssonos: quem ousava questionar era simplesmente expulso do grupo. Essas bolhas criaram “uma visão cristalizada do mundo”, como diria Debord (2003, p. 14), caracterizada pelo dogmatismo, pela inexorabilidade e pela falta de crítica. O que temos, portanto, é que as avançadas técnicas de comunicação, em vez de socializar e pluralizar a informação, acabam por gerar um discurso que, apesar de multidimensional na forma, é unilateral no conteúdo (SAISI, 2006, p. 167).

As fake news se tornaram objetos de consumo, pois existem interesses comerciais por trás de seus conteúdos aparentemente inofensivos. Uma reportagem do jornal Folha de São Paulo denunciou que empresários compraram irregularmente pacotes massivos de envio de mensagens para atingir negativamente a campanha do PT. Segundo a apuração do jornal, os contratos chegaram a R\$ 12 milhões. Ou seja, as fake news não são gratuitas, inocentes ou “brincadeiras de mal gosto”: há toda uma relação econômica por trás das elites interessadas em ganhar as eleições para se manter no poder, formar lobbys e conseguir benefícios do governo. Quem consome fake news, apesar da ilusão de que não está pagando para isso, acaba se conformando com a lógica dessas notícias e não exerce autonomia: termina pensando o que os empresários querem que pense, uma vez que “são eles que dizem o que é o mundo, funcionando como organizadores das experiências e da realidade” (SAISI, 2006, p. 166).

Nesse sentido, o ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica (online, 2018), fez uma crítica à esquerda latino-americana por não cumprir um papel educacional de formação crítica em seus cidadãos. Ao realizar projetos na esfera social, como programas de transferência de renda, a esquerda se esqueceu de oferecer à população uma formação mais engajada com a cidadania, comprometida com a república, ou seja, a res publica (do grego “coisa pública”). Os brasileiros, a partir do momento em que aumentaram seu poder de compra com uma economia aquecida - graças ao trabalho desempenhado por governos progressistas - não ampliaram a mentalidade com relação aos valores democráticos. A necessidade

do povo em proteger o bem comum não aumentou. O que se tem são pessoas consumindo cada vez mais fake news e comprando discursos de outsider de alguém que, desde muito tempo, está na vida política.

Temos muita gente com fome, sem abrigo ou com casas miseráveis, e conseguimos, até certo ponto, ajudar essa gente a se tornar bons consumidores. Mas não conseguimos transformá-los em cidadãos - os processos são lentos demais, é mais fácil resolver de imediato o problema da (falta de) comida, porque é algo que fala de imediato à nossa consciência. Mas não conseguimos cortar a imensa dependência que temos deste mundo atual que se expande cada vez mais. Queremos consumir como o primeiro mundo enquanto ainda não resolvemos nossos problemas mais básicos. Isso resulta na criação de condições brutais de vida (MUJICA, 2018, online).

Segundo Debord (2003, p. 16), “no mundo realmente invertido, o verdadeiro é um momento do falso”. É justamente isso que é possível constatar com a espetacularização de uma campanha eleitoral baseada em fake news - e não em discussão sobre os reais problemas do país. Pesquisa realizada pelo Ideia Big Data/Avaaz revelou que 83,7% dos eleitores de Jair Bolsonaro (PSL) acreditaram na informação de que Fernando Haddad (PT) distribuiu o chamado kit gay para crianças em escolas, quando era ministro da Educação. A narrativa falsa criada pela campanha do candidato do PSL dizia que o material estimulava a pedofilia e tinha o aval do PT. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu Bolsonaro de acusar seu adversário sobre o tal kit gay. Contudo, mesmo depois de eleito, Bolsonaro continuou divulgando a informação falsa - conforme sua primeira entrevista concedida ao Jornal Nacional.

O que leva uma quantidade tão grande de pessoas a acreditar na mentira do kit gay? No Facebook, até a imagem de uma mamadeira com bico em formato de pênis foi divulgada, dizendo que o PT estava distribuindo o material em creches. São imagens que chocam, mexem com o sentimento do povo brasileiro - construído sob a religiosidade, o conservadorismo e o patriarcado. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas,

mediatizadas por imagens” (DEBORD, 2003, p. 14). Dessa forma, as relações entre as pessoas terminam pautadas pela circulação de imagens sensacionalistas que apelam para o lado emocional.

Dentro da bolha do WhatsApp ocorre a alienação do espectador: “quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo” (DEBORD, 2003, p. 39). Os cidadãos, ao criticarem o conteúdo das fake news (que eles acreditam ser verdadeiro), pensam que estão agindo criticamente. Mera ilusão. Estão apenas aderindo à padronização do comportamento e seguindo a lógica da indústria cultural que, nas eleições de 2018, se deu com as elites econômicas gerando memes-mercadorias para o consumo com um fim: ganhar as eleições a todo custo. Logo, “o indivíduo já não é um sujeito de sua história, um ser político e criativo, mas mero consumidor” (SAISI, 2006, p. 162).

Reclamar não é criticar. Atacar o kit gay ou xingar o PT pura e simplesmente não é senso crítico. Pesquisar as fontes, separar os fatos, selecionar os melhores argumentos, se aprofundar no tema, ler - isso sim faz parte da crítica. Os conteúdos – diferentemente da informação e do esclarecimento - servem apenas para conformar o cidadão, alimentar o antipetismo. Então, nas eleições de 2018, os eleitores foram colocados diante de uma ilusão de escolha: não votar pelo melhor candidato, mas pelo ódio que foi alimentado contra o PT, o partido do kit gay e da mamadeira com bico de pênis. Quando os eleitores se conformaram com essas narrativas, e não pesquisaram a sua veracidade, os empresários (elite econômica) que financiaram esse tipo de fake news saíram ganhando econômica e politicamente.

Vale lembrar que o ódio ao PT vem sendo gestado desde 2015. Durante manifestação a favor do impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff, realizada na Avenida Paulista, em São Paulo, uma pesquisa coordenada por Pablo Ortellado e Esther Solano (2015) questionou sobre a confiança nas instituições, soluções para a crise, temas morais e polarização política. O perfil

dos participantes, conforme a pesquisa, foi composto por 77% de brancos, com renda salarial que variava de R\$ 7.880 a R\$ 15.760 ou mais, o que correspondia a 49, 60% dos manifestantes. Essas considerações são importantes para perceber qual era o perfil daqueles que se diziam antipetistas: uma classe média com alto rendimento salarial, branca e não disposta a abrir mão de seus privilégios.

Privilégios visíveis no momento em que os manifestantes foram questionados a respeito dos programas sociais criados pelo PT, como o Bolsa Família e as cotas raciais, por exemplo. A pesquisa revelou um profundo preconceito de classe: os manifestantes acreditavam que o Bolsa Família financiava preguiçosos e que as cotas raciais geravam mais racismo. A rejeição a projetos como esses, que promoveram considerável mobilidade social, demonstrou o quanto a classe média não consegue aceitar a ascensão social do outro: negros, pobres, indígenas – ou seja, pessoas historicamente marginalizadas que, com o PT, puderam ter acesso a bens de consumo, a um diploma universitário e aos “aeroportos”, até então quase que exclusivos da classe média. Este ódio não vem de hoje, como recorda Darcy Ribeiro (1995, p. 23): “[...] as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas”.

Jessé Souza (2017, p. 67) também vai utilizar uma argumentação semelhante ao situar historicamente o ódio que a classe média sente ao Partido dos Trabalhadores:

O ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes. Quando as classes médias indignadas saíam às ruas a partir de junho de 2013, não foi certamente, pela corrupção do PT, já que os revoltados ficaram em casa quando a corrupção dos outros partidos veio à tona. Por que a corrupção do PT provocou tanto ódio e a corrupção de outros partidos é encarada com tanta naturalidade? É que o ódio ao PT, na realidade, foi o ódio devotado ao único partido que diminuiu as distâncias sociais entre as classes no Brasil moderno. A corrupção foi mero pretexto. Não houve, portanto, nos últimos 150 anos, um efetivo aprendizado social e moral em direção a uma sociedade inclusiva entre

nós.

O antipetismo esconde um verdadeiro interesse: impedir medidas de distribuição de renda, pois elas ameaçam privilégios. Há aqueles que pesquisarão criticamente e despertarão para a realidade, adquirindo consciência sobre as desigualdades da sociedade brasileira. Todavia, outros ainda permanecerão no sono espetacular e viverão o pesadelo das fake news, convictos de que se trata de um sonho encantado. Crentes na ilusão, essas pessoas continuarão dispendendo energia na luta contra fantasmas, imersas numa teoria da conspiração.

É preciso atentar até mesmo à linguagem em que as fake news são construídas: o kit gay, por exemplo, se tornou uma espécie de folclore no imaginário das pessoas, graças ao seu apelo popular muito forte. Um tema popularesco como esse é de fácil absorção pelas massas, e oculta discussões mais complexas como reforma tributária e da previdência, privatizações, questões diplomáticas, etc.

O sujeito que vive dentro do pesadelo espetacular das fake news possuiu o “[...] foco do olhar iludido e da falsa consciência” (DEBORD, 2003, p. 14). Sonâmbulo, ele pode até realizar várias ações, mas permanece num sono profundo e age nos limites da sua realidade imaginária. Diante de um sonâmbulo, não é recomendado acordá-lo abruptamente, ele pode ficar desorientado e confuso. O ideal é tentar levar o indivíduo até seu leito e deixar que, ao seu tempo e momento, desperte para sua tomada de consciência.

Capítulo 3

Pensar o futuro com a Grécia Antiga: eis o nosso presente

3.1 Sócrates entrou no grupo: o que é discurso de ódio?

“Sou preconceituoso, com muito orgulho” – Jair Bolsonaro em entrevista à Revista Época, em 2011;

“Seria incapaz de amar um filho homossexual. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” - em entrevista sobre homossexualidade à Revista Playboy, em dezembro de 2011;

“O filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele” - em um debate na TV Câmara, em 2010;

“Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater”- após o então presidente Fernando Henrique Cardoso segurar uma bandeira com as cores do arco-íris em defesa da união homoafetiva, em maio de 2002;

“Não te [sic] estupro porque você não merece” - para a Deputada Federal Maria do Rosário (PT-RS), em dezembro de 2014;

“O erro da ditadura foi torturar e não matar” - em participação no programa Pânico, da rádio Jovem Pan, em julho de 2016.

Fonte: CONGRESSO EM FOCO (2017, online, grifo nosso).

Conta-se que, na Grécia Antiga, um ateniense chamado Cherefonte foi até o oráculo de Delfos perguntar sobre qual era a pessoa mais sábia que existia, e teve como resposta: “Sócrates é o homem mais sábio dentre todos”. Ao saber do fato, Sócrates ficou intrigado e achou se tratar de um enigma. Sua atitude, então, foi a de investigar quem era o homem mais sábio dentre os sábios. Sócrates passou a consultar aqueles considerados os verdadeiros detentores da sabedoria da Grécia, ou seja, poetas e políticos, a maioria sofistas que ensinavam mediante pagamento. Os sofistas eram os professores da época, que ensinavam técnicas de política, virtude e sabedoria – portanto, julgavam possuir algum tipo de conhecimento e tinham por função o seu repasse. Sócrates descobriu, todavia, que o conhecimento dos autointitulados sábios era vazio e errôneo. No momento em que o filósofo conduzia “[...] aquele com quem dialogava a responder de maneira certa às suas perguntas e definir o assunto em torno do qual versava a pesquisa, o interlocutor mal conseguia entender a pergunta e só podia reconhecer-se ignorante” (BOTTER, 2013, p. 32). Assim, Sócrates chegou à conclusão de que a verdadeira sabedoria consiste em ter consciência de sua ignorância, sabendo que não se sabe, e se esforçando constantemente para buscar conhecimento.

A conclusão socrática foi bem diferente da que comumente é apresentada no tempo em que vivemos, com a internet fabricando “verdades 2.0”, com base não em fatos ou argumentos sólidos, mas em memes - figuras engraçadas que depreciam o adversário e o transformam em inimigo pelo ridículo. “Muitas pessoas não estão nem aí se é ou não verdade. Elas só querem alguma coisa para apoiar sua visão de mundo” (SAKAMOTO, 2016, p. 119). No Facebook, um post gera comentários ad infinitum e, se a pessoa não tiver a resposta pronta para determinada objeção, basta abrir uma nova aba e fazer uma busca rápida no Google e pronto: eis a verdade absoluta. “E hoje em dia, uma dessas

necessidades imediatas é fazer comentários pseudointeligentes no Facebook, dar um pitaco sobre política na roda de bar, ter alguma opinião sobre tudo” (SAKAMOTO, 2016, p. 65).

O acesso rápido e fácil à informação, infelizmente, não possibilitou o diálogo - mas acirrou a imposição de ideias, de verdades dogmáticas, de narrativas autoritárias e, o mais grave, deu visibilidade aos discursos de ódio. Na timeline, debates intermináveis em busca de likes, um tentando mostrar que sabe mais do que o outro num festival de falácias, erros ortográficos, carência de referenciais teóricos. Apenas um “copia e cola” de sites tendenciosos, sem nenhuma credibilidade. Isso é a morte do diálogo:

A comunicação cara a cara, com toda a sua complexidade, por vezes é preterida diante do anteparo protetor da internet, que pode garantir a segurança desejada pelo interlocutor, mas o torna menos propenso a sentir o outro e, talvez, mudar de opinião sobre certo assunto. Nesse sentido, a internet pode se tornar um púlpito de onde se fala, mas não se ouve (SAKAMOTO, 2016, p. 14).

O diálogo era o método que Sócrates utilizava para chegar até a verdade. Através de questionamentos, inferências, exemplos, comparações, o filósofo delimitava o tema da investigação e conduzia o interlocutor a perceber, por si, que suas opiniões eram confusas, contraditórias ou mesmo erradas. De acordo com Juarez Gomes Sofiste (2007, p. 38), “a essência mesma do método é a construção do conhecimento através da colaboração, intercâmbio e confronto de ideias, reflexões, pontos de vista, argumentos, etc.”.

Para que o diálogo aconteça é necessário o entendimento pleno a respeito do tema em pauta. Por exemplo, se o assunto da discussão é “a coragem”, não adianta falar sobre prontidão na guerra, disposição para o combate. Tais respostas estão relacionados, mas não respondem, de maneira profunda, a verdadeira essência da coragem.

É por isso que a atitude socrática era de sempre procurar uma comunicação clara, sem ruídos e, se o interlocutor fugisse do assunto ou não entendesse a pergunta, o filósofo reformulava a questão e assumia para si o erro de ter se expressado mal. Como no diálogo do Laques a respeito da coragem, quando Sócrates se desculpou: “sou culpado por não teres dado uma boa resposta. É que eu não tinha formulado bem a pergunta” (SÓCRATES apud SOFISTE, 2007, p. 63). Além da consciência do tema, deveria haver um mínimo de acordo entre os dialogantes, para que o assentimento de premissas a partir de critérios de comum acordo desse o tom do diálogo.

“O que é?” era a pergunta habitual de Sócrates. Com isso, o filósofo pretendia chegar à “precisão dos conceitos”. Para tal empreendimento, “[...] é necessário investigar, antes de mais, exatamente isto: se algum de nós é versado ou não na matéria sobre que deliberamos” (SOFISTE, 2007, p. 58). Ou seja, era necessário ter domínio a respeito do tema colocado em análise. Não bastava conhecer superficialmente, tinha que ser versado no assunto. Somado a estes pontos, a estrutura do método socrático foi sustentada em duas colunas:

- 1) O raciocínio indutivo: processo pelo qual o pensamento vai dos casos particulares ao geral que os engloba;
- 2) A ideia: reunião dos traços comuns presentes em todos os casos particulares e que são os traços essenciais de todos eles (CHAUÍ, 2002 p. 191).

Diante do exposto, é possível passar para a questão: o que é discurso de ódio? Para isso, lembremos do método socrático: a elaboração de uma pergunta inicial “o que é” e a delimitação do tema – no caso desta obra, “discurso de ódio”. O ponto de partida tomado nesta obra foi a análise de casos específicos (raciocínio indutivo), com a adoção de alguns critérios básicos e constante recorrência a especialistas versados no tema para atingir ao conceito, isto é, a ideia geral.

Ninguém discorda que o discurso de ódio é relacionado a ofensas, xingamentos e depreciação da dignidade de alguém: é um critério básico, o mais geral possível. Por se tratar de um livro que discute as redes sociais, a análise foi delimitada apenas aos discursos de ódio presentes no ambiente virtual. Agora, partindo de casos específicos e noticiados pela grande imprensa, é possível ter a dimensão do problema - como as ofensas racistas que as cantoras Preta Gil e Gabi Amarantos sofreram ou as piadas de cunho racista que a jornalista Maria Júlia Coutinho recebeu na página do Jornal Nacional. Também a Miss Brasil 2017, Monalysa Alcântara, foi alvo de racismo após sua vitória no concurso. Outro caso conhecido foi o da atriz Taís Araújo.

O que todos esses casos têm em comum, além de serem casos de racismo? São todas mulheres e negras. Segundo a tese de doutorado defendida na Universidade de Southampton, na Inglaterra, pelo pesquisador brasileiro e PHD em Sociologia Luiz Valério Trindade, 81% das vítimas de discursos depreciativos nas redes sociais são mulheres negras. Já os agressores, que espalham intolerância racial, são em maioria homens - um total de 65%. Para chegar a essa conclusão, o pesquisador analisou 109 páginas de Facebook e 16 mil perfis de usuários.

Uma moderadora de conteúdo para a internet responsável por selecionar e filtrar comentários que incitam a violência em sites e redes sociais disse, em uma entrevista, qual tipo de comentário mais a deixava espantada: “gay tem que morrer. Ainda hoje, depois de tantos comentários, quando lemos que um gay merece morrer ou apanhar, é chocante”, revelou a entrevistada no livro de Sakamoto (2016, p. 74). Ela teve seu nome mantido em sigilo por questões de segurança.

A Agência Nova/SB (2017) realizou um dossiê apresentando dados sobre a intolerância do internauta brasileiro. Entre os meses de abril e junho de 2016, uma plataforma vasculhou o Facebook, o Twitter e o Instagram, além de páginas de blogs e comentários em sites da internet à procura de mensagens e textos

sobre temas sensíveis como racismo, posicionamento político, preconceito de classe e homofobia. Em se tratando de orientação sexual e identidade de gênero, a pesquisa revelou que 93,9% das menções eram negativas, ou seja, expressavam intolerância, preconceito ou discriminação, e podiam ser classificadas como menções homofóbicas. Apenas 5% das mensagens saíam em defesa dos LGBTQI ou criticavam o preconceito sofrido, porcentagem que foi classificada como menções positivas à comunidade. Foram captadas 53.126 menções à homofobia, com uma nuvem de termos composta por várias palavras ofensivas, conforme ilustração seguinte:

Figura 1 – Nuvem de termos de menção à homofobia



Fonte: Nova S/B (2017, online).

Quem melhor poderia definir o que é um discurso de ódio senão aqueles grupos que, historicamente, são atingidos pela violência, não só discursiva como simbólica e física? Há uma vasta tradição jurídica e filosófica que define, nos termos da lei e da linguagem, os discursos que ferem a dignidade de outra pessoa. Para corroborar com a teoria, há os casos diários de violência sofrida por populações minoritárias, como nos casos já citados - que representam apenas a ponta do iceberg. As estatísticas estão aí e não nos deixa mentir.

Dessa forma, o discurso de ódio, segundo Winfried Brugger (2007, p. 151) está relacionado ao uso de termos que “que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião” - ou ainda sua potencial capacidade de “instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. Nesse sentido, Sakamoto (2016, p. 109-110) comentou:

Pastores e padres de certas igrejas inflamam seus fiéis contra aquilo que consideram um desrespeito às leis de seu deus. Quando um grupo espanca um gay ou uma travesti, esses pastores e padres dizem que não tem nada a ver com isso.

Certas famílias inflamam seus filhos contra jovens negros e pobres da periferia e pessoas em situação de rua, dizendo que são uma ameaça à vida nas grandes cidades e não valem nada. Quando um grupo resolve despejar preconceito ou dar pauladas e pôr fogo nessas pessoas, as famílias dizem que não têm nada a ver com isso.

Já Álvaro Paul Diaz (2011) acrescenta que o discurso é mais do que uma atitude

de antipatia, indica manifestações de hostilidade contra um grupo socialmente inferiorizado. Ao analisar esses atos comunicativos hostis, é fundamental identificar a posição ocupada por aqueles que protagonizam o fenômeno, os contaminados com o teor da mensagem de intolerância e, finalmente, as vítimas atingidas diretamente.

Depois de citar dois especialistas no assunto, o discurso de ódio pode ser definido nos seguintes termos: qualquer mensagem que inferiorize ou incite o ódio contra uma pessoa ou grupo em virtude de raça, gênero, etnia, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, condição física ou outro aspecto passível de discriminação. Tais atos comunicativos - alicerçados na hostilidade e na intolerância - são utilizados para ofender, promover perseguição e justificar o tolhimento dos direitos humanos e podem, em casos agudos, dar razão a homicídios ou estimular a prática e genocídios.

O Partido Nazista da Alemanha, de Adolf Hitler, fez uso de ideologias raciais como a propaganda política para incitar a população ao ódio e hostilidade contra minorias, particularmente os judeus - que foram perseguidos e mortos. Foi nesse contexto que Arendt (2007) constatou que os direitos humanos não são inerentes à pessoa humana, nem inalienáveis. Os homens não são iguais e nem livres por natureza. Porque se isso fosse verdade, não haveria o holocausto – em que judeus perderam não apenas os seus direitos políticos e sua cidadania, mas sua própria humanidade. A tortura, a fome, os experimentos pseudocientíficos cruéis e os campos de concentração precários aos quais os judeus foram submetidos atestam o quanto essa população teve atacada sua dignidade.

Na Constituição Federal do país, artigo 3º, IV, consta que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 3). Outro respaldo jurídico está no artigo 5º, que afirma: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988, p. 5). Ademais, o Brasil é signatário dos Princípios de Yogyakarta (2007) sobre os direitos humanos relacionados à orientação sexual e

identidade de gênero, e assinou a Declaração de Durban (2001), documento nascido de um amplo debate entre os 16 mil participantes oriundos de 173 países, realizado durante a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância.

O discurso de ódio está para o diálogo como a noite está para o dia: são totalmente opostos. O discurso de ódio é escuridão, parte do autoritarismo, da arrogância, de uma pretensa superioridade que enxerga o outro, o diferente, como inferior, como o inimigo a ser aniquilado. O diálogo é luz, parte da igualdade entre os cidadãos que não são idênticos entre si - mas se fazem iguais em um mundo onde os problemas sociais são comuns. No diálogo, não há vencedores nem vencidos, mas um discurso entre amigos que se sabem plurais e reconhecem a necessidade de viver em comunidade (comum unidade), vivendo em comunhão (comum união).

A essência da comunicação é o diálogo, do latim *dia* (através de) e *logoi* (palavra). O diálogo sugere a ideia de atravessar algo pela palavra. As almas não falam delas mesmas, como num colóquio. Exige-se dos dialogantes a ousadia da travessia: sair de si e ir até o outro para ouvi-lo, ter empatia e compreender seu lugar de fala. Dialogar é admitir ver o mundo manifesto na perspectiva do outro. O diálogo socrático, quando bem empregado, conduz a pessoa a sair de seus preconceitos, submete tudo à prova, leva o indivíduo para fora do seu eu e faz tocar as dores do outro para uma versão aperfeiçoada de si mesmo, pois contemplou a beleza do outro – que agora também habita um pouco dentro de si.

O discurso de ódio é como uma conjunção adversativa: mas, porém, contudo, todavia. Do tipo “não tenho nada contra gays, mas...”. Tudo que vem depois do “mas” é negação, é produção do adversário no plano discursivo, elaboração de oposições, é divisão e separação. Diálogo é preposição: “com”. Exemplo: “estou na luta com o movimento negro”. O “com” estabelece uma relação de vínculo, de união. Não posso dizer “estou na luta com” e concluir a frase. O sentido da expressão é dependente da união de todos os elementos que a preposição vincula. Ou seja, se estou com, estou com alguém, a favor de alguém. O que nos

faz compreender melhor palavras como comunicação, compartilhamento, comunhão, comum, comunidade. Palavras que contêm o “com” que unifica.

Não é possível manter diálogo com alguém que incita a violência por meio das palavras. “A violência tem início onde termina a fala. Quando usadas com o propósito de lutar, as palavras perdem a qualidade de fala; transformam-se em clichês” (ARENDT, 2002, p. 40). A internet está cheia desses clichês que objetivam apenas uma luta desleal daqueles que se consideram “cidadãos de bem” contra grupos em situação de vulnerabilidade social, marginalizados, segregados e duplamente vítimas da violência: primeiro, por parte do próprio Estado (na negação de direitos básicos como escola, transporte público e saúde) e segundo, por parte do dia-a-dia (com o roubo, o assalto, a violência doméstica, etc). Frases como “bandido bom é bandido morto” ou “direitos humanos são direitos dos mansos” são apenas chavões que não estão interessados em compreender as raízes sociais, políticas e econômicas do problema. Param na pobreza linguística a que se referiu Arendt e, sem a qualidade de fala, são apenas lugares-comuns repetidos incansavelmente com a finalidade de gerar mais medo - além de confundir a cabeça das pessoas.

Bolsonaro, mestre na arte de reproduzir clichês que cultivam a violência, é o representante da política do ódio porque, dentre tantas falas já mencionadas, foi processado por homofobia e condenado a pagar R\$ 150 mil ao fundo de defesa LGBT, conforme determinação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O político recorreu da decisão, mas perdeu novamente em segunda instância. A notícia circulou em praticamente em todos os jornais, incluindo O Globo (2017, online).

O diálogo só acontece no reconhecimento do outro como um igual. Sócrates sempre fez questão de elogiar seus interlocutores, chamando-os de “amigos”, “meu caro”, “meu estimado”. Além de adotar uma postura que podemos chamar de “humildade epistemológica”, ou seja, a consciência de que não era o “sabe-tudo”, mas sempre estava aberto a aprender, a respeitar as opiniões divergentes e a ouvir. Reconhecer que não se sabe, para o atual modelo de sociedade em que

vivemos, parece um absurdo. Porque o que importa, nesta sociedade neoliberal, são os cursos de coaching, especialistas em sabe-se lá o quê, o saber tecnicista de MBA e os “cases” de sucesso de quem venceu na vida. A “sociedade da informação” adora rir de quem admite que ainda não sabe, pois já elegeu a si mesma como detentora do saber absoluto e útil.

Sócrates gostava de dizer “só sei que nada sei” não para encerrar uma questão e mudar de assunto, como se costuma distorcer a frase hoje em dia. Pelo contrário, o filósofo a utilizava para mostrar que o conhecimento é um processo inacabado, que está sempre em constituição, tendo em vista que nós - seres humanos - somos inconclusos. Em mesmo sentido afirmou Freire (1996, p. 135):

Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou o “maior”. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer.

Conforme noticiou a Agência Reuters (2018, online), os médicos que atenderam Jair Bolsonaro afirmaram que, clinicamente, ele poderia participar dos debates na reta final do segundo turno. Mas como o político mesmo havia afirmado, em entrevista à TV Band (2018d, online), ele se recusou a participar por questão estratégica, tendo em vista que “já estava com a mão na faixa”. Sua recusa em participar do confronto de ideias, limitando-se a conversar apenas via Twitter, com mensagens curtas, sem se expor ao contraditório e ao questionamento, revela o método que o Presidente adotará pelos próximos quatro anos: pouco ou quase nenhum diálogo. As críticas realizadas pela Conectas Direitos Humanos (2018, online) foram nessa direção:

Sem debate de ideias, sem propostas claras, mas repleta de desinformação, frases vazias mas de impacto, discurso de ódio e autoritarismo, a candidatura à

presidência de Jair Bolsonaro conquistou a maioria dos votos no segundo turno neste domingo, 28, e foi declarada vencedora.

Embora permita a interação, a comunicação pelo Twitter é muito restrita: o emissor da mensagem se dá o direito de interagir com quem quiser e quando quiser, pode até mesmo se recusar a interagir ou bloquear alguém com posições divergentes. Foi justamente isso que Bolsonaro fez com o jornalista Leandro Demori, editor do site The Intercept, que questionou com indignação: “pode o presidente eleito do país bloquear um jornalista? Justamente no meio onde ele promete prestar contas à população?” (DEMORI, 2018, online). Também houve o bloqueio do Fernando Haddad, seu adversário no segundo turno pelo PT.

Com uma comunicação limitada a 280 caracteres, como é possível realizar reflexões complexas dentro de uma linguagem escrita tão reduzida? Sócrates achava que a palavra escrita matava a filosofia. “E toda palavra, quando é escrita uma vez, está fadada a dizer o mesmo entre aqueles que compreendem e aqueles que não têm o menor interesse, e não sabe a quem se deve falar e a quem não se deve” (SÓCRATES apud BOTTER, 2003, p. 29-30).

O Twitter (e por extensão, as demais redes sociais) apresenta uma falsa sensação de diálogo. Este tipo de comunicação é unilateral, porque só mostra a versão do autor da mensagem; é antidemocrático, pois, nem todas as vozes possuem o mesmo valor (vai depender do seu número de seguidores e não da relevância de sua opinião) e, conseqüentemente, totalitário, porque espalha terror e medo, elege um inimigo comum e mobiliza as massas em torno desse pensamento único. Essas massas, os seguidores, logo retuítam ou comentam o que foi dito, massificando um comentário preconceituoso ou calunioso e conduzindo seu conteúdo aos top trends da plataforma.

Em seu discurso de diplomação, o presidente eleito deu o tom de como será sua forma de comunicação com seus eleitores: “o poder público não precisa mais de intermediação. As novas tecnologias permitiram uma relação direta entre o

eleitor e seus representantes” (BOLSONARO, 2018a, online). Essa intermediação se refere à imprensa tradicional, largamente criticada pelo Presidente da República durante sua campanha. Em especial, foi uma mensagem à Folha de São Paulo, jornal que realizou uma cobertura com muitas denúncias envolvendo o político. A postura de ojeriza aos veículos de comunicação convencionais levou a Associação Nacional de Jornais (ANJ) a emitir uma nota oficial em defesa da liberdade de imprensa:

Eventuais inconformismos com noticiário de veículos de comunicação não podem ser confundidos com inaceitáveis retaliações a jornais por meio de uso de verbas publicitárias oficiais. Investimentos em publicidade por governos, como as demais verbas públicas, devem seguir expressamente critérios técnicos, e nunca políticos ou partidários.

A ANJ espera que o princípio da liberdade de imprensa, saudavelmente afirmado pelo presidente eleito em seu discurso após a vitória nas urnas, se manifeste na prática, o que inclui o respeito a opiniões divergentes e à independência editorial, fundamentos da pluralidade de visões e da democracia (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, online, 2018).

Diferentemente da polarização política atual, em que nenhum dos lados está disposto a encontrar pontos em comum e se esforça apenas para acentuar as diferenças, Sócrates, na Grécia Antiga, fazia política através do diálogo, ou seja, ia ao encontro do outro e criava pontes, atravessava os muros do medo, da ignorância e do preconceito que impediam a comunicação. Promover a cultura do encontro é o desejo, inclusive, do Papa Francisco (2014, online), por ser:

[...] capaz de derrubar todos os muros que ainda hoje dividem o mundo e [fazer com que] não aconteça mais que pessoas inocentes sejam perseguidas e até mortas por causa de sua crença e religião. Onde há um muro, há fechamento de coração. Precisamos de pontes, não de muros!.

Com essa definição veio o reforço da impossibilidade do diálogo com quem objetiva apenas a divisão e não a unificação, alguém que descreve aqueles que discordam como “marginais vermelhos” - conforme discurso proferido por Bolsonaro na Avenida Paulista, em São Paulo, que misturou um discurso ultranacionalista com a exaltação à violência contra adversários políticos, ameaçando-os de banimento do país ou prisão. A imprensa, incluindo o Jornal Extra (2018c, online), realizou a cobertura do comício - que mais parecia uma convocação à guerra.

“O diálogo parte de uma atitude de respeito para com o outro” (BERGOGLIO, 2009, p. 12). No processo eleitoral de 2018, as pessoas nutriram o ódio pelo o que o outro era, não pelo argumento pelo outro produzido. Não importavam as falas, o sujeito já estava classificado como “fascista” de um lado ou “marginal vermelho” do outro. Quando o assunto da política era levantado, fosse na conversa de bar, no almoço em família, no carro entre o Uber e o passageiro ou nas redes sociais, os ânimos já se exaltavam. Cortella e Ribeiro (2012, p. 72) fizeram a seguinte observação:

Considero mais importante, no Brasil, hoje, que as pessoas aprendam que a posição de seu adversário também é legítima, que aprendam a entender o que ele disse, em vez de contestar o que apenas imaginam que ele falou. Nosso debate é pobre, porque se faz caricatura do adversário. Não é à toa que ainda há quem chame o adversário, na política, de inimigo!

O trabalho dos progressistas, nos próximos anos, deve contar com astúcia e muita paciência para superar o discurso de ódio através do diálogo. Por isso é tão necessário o método socrático, capaz de levar as pessoas à revisão de suas posições, ao repensar de suas palavras. Nem todos estão contaminados com o ódio e fechados ao diálogo, muitos apenas reproduzem acriticamente discursos violentos sem sequer ter consciência disso. Despertá-los para a consciência é nosso trabalho, sim.

Por que você pensa desse jeito? Já parou para pensar que essas suas palavras podem machucar alguém? Você acha certo que gays tenham que morrer? O que você entende por racismo? Você sabe o que é feminismo? De pergunta a pergunta, provocar, promover a reflexão, instigar a tal ponto que comecem, por si, a investigar a origem e o fundamento de suas próprias opiniões.

Já parou para pensar se Sócrates entrasse em seu grupo de WhatsApp, como ele se comportaria? Provavelmente, não importaria ideias - mas proporia, seria um observador, faria inferências e pensaria muito, afinal, “uma vida sem esse exame, não é digna de ser vivida” (PLATÃO, 2003, p. 26).

3.2 Saindo da caverna de Platão: tudo agora é opinião?

Bolsonaro é conhecido por suas falas “polêmicas”, interpretadas por feministas e pelo movimento negro e LGBTQI como racistas, homofóbicas e misóginas, como já dissemos no decorrer do livro. A pesquisa realizada por Solano (2018) revelou que, para os seguidores do político, identificados como “nova direita”, tais discursos eram relativizados. O impacto das declarações de Bolsonaro era minimizado como parte do “seu jeito bruto, tosco de falar, mas sem má vontade” (p. 20). Essa nova direita não se escandaliza com os discursos de ódio e não toma consciência da violência presente nas palavras: abriga todas essas falas repletas de intolerância no grande guarda-chuva das opiniões. Tudo é opinião. Xingar alguém não é ódio, é opinião.

Será mesmo que é apenas uma mera “opinião” de Bolsonaro ou configura como discurso de ódio? Qualquer fala, inclusive discursos de ódio, devem ser interpretadas como “simples” opiniões? Coibir discursos de ódio é censura? Há, de fato, essa ditadura do “politicamente correto” e “ditadura gay”? Tudo agora é opinião?

Doxa é a palavra grega para opinião, um tipo de informação imprecisa que envolve crenças populares, fatos especulativos ou definições errôneas fundamentadas no subjetivismo. Por serem concepções prévias acerca de pessoas, grupos e sociedades, em geral, não possuem provas concretas ou são baseadas em estereótipos que se transformam em julgamento antecipado e negativo. A doxa, em suma, não passa de opiniões preconceituosas:

Os preconceitos são opiniões levianas e arbitrárias, mas que não surgem do nada. Nem, ao contrário do que se possa pensar, são opiniões individuais. Em geral, nasceram da repetição irrefletida de prejulgamentos que já ouvimos antes mais de uma vez. Finalmente, à força de tanta repetição, terminamos por aceitá-los como verdadeiros. E os repetimos sem sequer nos preocuparmos em verificar quão certos são (INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS, 1995, p. 17).

Platão viu dois graves erros serem cometidos por causa de falsas opiniões. O primeiro diz respeito à Batalha de Arginusas, durante a Guerra do Peloponeso, quando uma marinha ateniense venceu uma frota espartana graças à habilidade e ao heroísmo de seus soldados, mesmo estando em menor número. Como o mar estava muito agitado, os vencedores, porém, não puderam dar continuidade ao resgate dos feridos – e por isso, mais tarde, foram considerados incompetentes. A Assembleia popular passou, então, a perseguir os soldados, baseada em opiniões sem fundamento, até que eles acabaram sendo julgados e condenados à morte. O segundo erro foi a condenação à morte do mestre de Platão, Sócrates, por corromper a juventude e negar os deuses da polis.

Para a polis ateniense, “cidadão era aquele que tinha o direito e a competência para emitir opiniões sobre todos os assuntos da cidade, de ouvir todas as opiniões diferentes e de discutir todas elas para poder decidir e votar” (CHAUÍ, 2002, p. 203). Entretanto, a atitude de Sócrates foi sempre questionar até o fim as opiniões dos cidadãos, não para destruí-las - mas para torná-las mais verdadeiras. Isso foi interpretado, pela polis, como uma potencial ameaça à vida

política dos cidadãos. No fundo, os dirigentes da polis não queriam que os demais cidadãos pensassem, raciocinassem ou fossem mais críticos. Sua busca incansável pela essência das coisas, que ia além das meras opiniões, fez de Sócrates “o primeiro filósofo a ultrapassar os limites estabelecidos pela polis para o sophos, o homem que se preocupa com as coisas eternas, não-humanas e não-políticas” (ARENDT, 2002, p. 94).

Platão pertencia a famílias tradicionais de Atenas, estava ligado a personagens importantes do mundo político. Por isso, suas críticas à democracia ateniense eram feitas com o profundo conhecimento de alguém que contatava os bastidores do poder desde a infância. O filósofo tinha muitos motivos para desprezar a política de seu tempo. Além do mais, com os casos de condenação já citados, passou a atacar com mais virulência a doxa (opiniões). Como a vida política girava em torno de opiniões superficiais e transitórias, Platão procurou por verdades imutáveis, universais.

O filósofo, por conseguinte, dividiu a realidade em mundo sensível e mundo inteligível. A doxa fazia parte do mundo sensível, terreno, ilusório, passageiro e enganoso. Em contraposição à doxa está a epistême (ciência), pertencente ao mundo inteligível, lugar das verdades eternas, universais - também conhecido como mundo das ideias. O pensamento dualístico do filósofo acabou opondo verdade e opinião: “a verdade platônica, mesmo à falta de qualquer menção à doxa, é sempre entendida como diametralmente oposta à opinião” (ARENDT, 2009, p. 48).

Da palavra grega epistême deriva epistemologia, ramo da filosofia que se ocupa com estudo do conhecimento científico. Martino (2009, p. 207) afirmou: “na filosofia grega, a opinião (doxa) era um conhecimento parcial e aproximado, enquanto a episteme era o conhecimento baseado em fatos e certezas”. Para existir, a episteme deve respeitar as regras do método científico: deve ser organizada, sistematizada, apresentar evidências (não achismos ou suposições) e pertencer a um conjunto lógico de declarações e conclusões. O pensamento epistêmico procura saídas inteligentes para os problemas humanos que ainda não

possuem uma resposta racional. Na condição de ciência, a episteme:

[...] é ao mesmo tempo uma atividade e um campo de ação. Como atividade, seus objetivos são: descrever, interpretar, explicar e prever a realidade; como campo de ação, é o terreno comum onde se mesclam e interagem todas as contribuições de todas as áreas do conhecimento científico (COSTA, 2001, p. 13)

Depois dessa breve distinção sobre o que é opinião e o que é episteme, é importante recordar que há uma longa tradição epistêmica na elaboração teórica sobre o que é o racismo, o machismo e a homofobia. Conceituar cada é um trabalho que escapa aos propósitos deste livro. Mas apenas para situar na História, as chamadas lutas identitárias passaram a se intensificar a partir de 1968, que ficou conhecido como o ano das revoluções. Nesse contexto, nasceu a “new left” (nova esquerda). Nos Estados Unidos, surgiu o Partido dos Panteras Negras para combater o racismo e a filósofa, feminista e comunista Ângela Davis estava associada ao partido. Naquele período o movimento feminista ganhou novo fôlego, influenciado, sobretudo, pela leitura do livro “Segundo Sexo”, de autoria da filósofa, feminista e existencialista Simone de Beauvoir, além de outras intelectuais expoentes - como Adrienne Rich e Monique Wittig, ligadas ao feminismo lésbico radical. Outro acontecimento histórico relevante foi a revolta de Stonewall, em Nova York, no ano de 1969, contra invasões policiais e perseguições frequentes às minorias sexuais, o início do movimento LGBTQI contemporâneo. Os frutos de resistência de Stonewall impactaram positivamente a Teoria Queer, surgida na década de 1980, inspirada no pensamento do filósofo Michel Foucault e que tem, na atualidade, nomes como Judith Butler, Guacira Lopes Louro e Richard Miskolci, dentre outros.

As lutas identitárias que combatiam o machismo, a homofobia e o racismo encontraram resistência entre a classe média brasileira do século XXI, em especial, entre a juventude. “Se nos anos 70, ser rebelde era ser de esquerda, agora, para muitos destes jovens, é votar nesta nova direita que se apresenta de uma forma cool, disfarçando seu discurso de ódio em forma de memes e de

vídeos divertidos” (SOLANO, 2018, p. 1). Os chamados “cidadãos de bem” se identificam com os valores tradicionais: brancos, heterossexuais, burgueses (ainda que não sejam donos dos meios de produção, mas sonham em se tornar e, por isso, aceitam se submeter à lógica capitalista que mascara a exploração pelo discurso da meritocracia). Quem não se enquadra nessa categoria do “cidadão de bem”, quem necessita do Estado para superar desigualdades econômicas e sociais, quem foge dos padrões estéticos da branquitude ou quem promove campanhas contra o assédio, receberá os mais variados rótulos odientos. Assim, quem recebe o Bolsa Família terá o rótulo de preguiçoso, o negro que reclama do racismo de “mimimizento”, a feminista de vitimista e por aí vai. Em face dessa lógica reacionária, Freire (1996, p. 60) contestou:

Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.

A pesquisa de Solano (2018) comprovou exatamente os rótulos já descritos elaborados pela “nova direita”. As mulheres entrevistadas, por exemplo, disseram que o feminismo era algo hostil e desnecessário. Na mentalidade conservadora delas, as feministas são mulheres raivosas e histéricas, sob o rótulo de “feminazis”. A contradição dessa postura “antifeminista” se revelou quando as mulheres foram perguntadas sobre pautas concretas ligadas ao feminismo - e suas respostas foram de apoio:

51,6% pensam que fazer aborto deve ser um direito da mulher, só 4,1% afirmam que lugar da mulher é em casa cuidando da família, 78,5% consideram que não se deve condenar uma mulher que transe com muitas pessoas e 90,6% que a mulher deve ter o direito de usar roupa curta sem ser incomodada (SOLANO, 2018, p. 21).

Na mesma pesquisa, Solano (2018) constatou que LGBTQI também são vistos de maneira estereotipada: o movimento estaria impondo uma “ditadura gay” porque, hoje em dia, já não se poderia falar mais nada que tudo agora seria homofobia. Dessa forma, o politicamente correto foi alvo de críticas, visto como “uma forma de impor o pensamento das minorias” (p. 21). Bolsonaro, então, é aquele que propõe uma inversão, o politicamente correto é visto como chato, ruim, negativo e o politicamente incorreto - isto é, o discurso de ódio – é visto como legal e engraçado, como liberdade de expressão.

Por último, o movimento negro, outro alvo de ataques e estereótipos que a pesquisa de Solano (2018) evidenciou, sobretudo no tema das cotas raciais – vistas como “racistas”, pois, “[...] estariam colocando os estudantes brancos numa posição de inferioridade e, segundo alguns entrevistados, menosprezando a capacidade dos negros para entrarem na universidade” (p. 18).

Se intelectuais feministas, LGBTQI e negros não podem falar por si e reivindicar seus direitos, quem é que pode? Prova disso foi a hostilidade com a qual foi tratada a filósofa Judith Butler quando esteve no Brasil. Ela veio falar sobre política e democracia, mas os manifestantes pensaram que a filósofa falaria sobre gênero e sexualidade. Isso mostra que os manifestantes que expressaram ódio nunca leram ou sequer ouviram falar de Butler. Se há uma “ditadura gay” em curso, por que então uma intelectual lésbica é censurada?

Ignorar intelectuais que problematizam o patriarcado, que discutem sobre igualdade racial e de gênero, que trabalham com a teoria crítica, é uma postura que pode ser caracterizada como anti-intelectualista. O ódio às intelectualidades consideradas subalternas é o que se constitui num verdadeiro epistemicídio, ou seja, a morte da produção acadêmica de grupos subalternos. Tais grupos já são mortos fisicamente (um jovem negro é morto a cada 23 minutos no Brasil, o país é o quinto no ranking de mortes violentas de mulheres e, a cada 25 horas, um LGBT é assassinado) e agora têm aniquilado o capital simbólico que produzem. Seu conjunto de saberes, que subverte o status quo, é simplesmente substituído por opiniões frívolas, clichês ou deslegitimado com preconceito e raiva.

Os grupos vulneráveis não são vistos como sujeitos de conhecimento, produtores de epistemologias. São desvalorizados, negados ou têm suas contribuições intelectuais invisibilizadas, seja na própria academia (espaço ainda a ser conquistado, pois sabemos o quanto é alta a taxa de exclusão escolar), seja na mídia tradicional - que poderia fazer chegar até as massas esses saberes, mas se limita a convidar apenas “cientistas” do mainstream.

Segundo Solano (2018, p. 21), a onda conservadora entende que “feministas, LGBTQI, movimento negro, pretendem atropelar os direitos alheios, colocar-se como se fossem grupos privilegiados que merecem mais atenção do Estado e, finalmente, impor-se a outros segmentos sociais”. Diante desse retrocesso, não há nem como argumentar a respeito da importância dos documentos das Nações Unidas porque, para essa nova direita, Direitos Humanos são “direitos de bandido” e, em defesa da lógica de que “bandido bom é bandido morto”, velhos clichês são repetidos como se fossem argumentos. A vida passa a ser enxergada pela ótica da violência, do ódio e da militarização, com um “quê” de saudosismo da Ditadura Militar.

Há legitimação da violência nas periferias, sob a desculpa de “intervenção militar”, sem nenhuma preservação das garantias constitucionais dos cidadãos. Essa militarização da vida foi descrita por Edson Teles (2018, p. 83-84) da seguinte forma:

[...] segundo o discurso dos “cidadãos de bem”, tem como alvo subjetividades revolucionárias (os corpos em luta, em especial os dos negros, dos pobres e das mulheres), as mesmas que criam e acumulam saberes das revoltas sociais e das práticas de sobrevivência.

O anti-intelectualismo está presente em projetos de lei como o “Escola Sem Partido”, que promove uma perseguição macarthista contra professores

supostamente comunistas, simpatizantes ou filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ou a qualquer outro partido de esquerda, que estariam “doutrinando crianças em sala de aula”. Tal ação hostil contra o método científico marxista atinge a memória de um dos maiores intelectuais brasileiros de todos os tempos, Paulo Freire. Uma rede de computadores ligados ao Governo Federal (alinhado ao pensamento de direita) tentou manchar a biografia do educador no site Wikipédia, acusando-o de promover um ensino “atrasado, doutrinário e fraco”. De acordo com Google Scholar – ferramenta de pesquisa para literatura acadêmica – Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado do mundo em trabalhos acadêmicos de universidades de humanas. A obra de Freire, *Pedagogia do Oprimido*, está entre os 100 livros mais solicitados em universidades de língua inglesa pelo mundo, a única produção brasileira a figurar na lista. Freire Também é o brasileiro com mais títulos de Doutor Honoris Causa de diversas universidades, 41 ao todo, entre elas Harvard, Cambridge e Oxford, além dos prêmios Educação para a Paz (das Nações Unidas, 1986) e Educador dos Continentes (da Organização dos Estados Americanos, 1992).

Por sua extensa lista de reconhecimento, Paulo Freire foi considerado patrono da educação brasileira (apesar de um movimento reacionário que tentou retirar o título dele). A atenção do educador estava concentrada com “os oprimidos, com os esfarrapados do mundo, com os ‘condenados da terra’ ” (FREIRE, 1987, p. 75). Essas epistemologias revolucionárias abalam as estruturas do status quo, da hegemonia que se estabeleceu desde os colonizadores e se mantém nas mãos da classe dominante que tenta manter o poder e a ordem existente. A libertação epistêmica - que parte dos oprimidos - vai subverter esta ordem:

[...] quem se liberta, com suas próprias mãos, são setores populares concretos, índios, negros, analfabetos, mulheres pobres, explorados, todos os que ao longo da história têm sido sempre negados, desqualificados e considerados incapazes. E mais, o processo de libertação gerado pelos oprimidos não se apresenta apenas com o caráter espiritual e intelectual derivado do esforço interior do indivíduo, mas é também e sobretudo uma ação material, social e política, um movimento de povos interiores e de extensas regiões (SEMERARO, 2009, p. 105).

Essa atitude contra a intelectualidade já chegou aos centros universitários. Durante o segundo turno da campanha presidencial, pelo menos 17 universidades foram alvos de operações policiais, com professores interrogados, aulas suspensas e palestras vetadas - num claro processo de censura nos moldes da Ditadura Militar. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) determinou a retirada de uma faixa com os dizeres “UFF Antifascista” da fachada do prédio do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Segundo denúncias, a faixa teria “conteúdo de propaganda eleitoral negativa contra o candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL)”, conforme noticiou o jornal Folha de São Paulo.

Na Alegoria da Caverna, Platão conseguiu, com maestria, narrar como se encontra a condição humana. Através dessa metáfora, o filósofo explicou sua teoria do conhecimento, que resumidamente é assim: imagine uma caverna onde, no fundo dela, homens nasceram e cresceram, presos a correntes, acostumados a olhar para a parede que projetava apenas sombras. Por estarem condicionados àquela condição adversa, os homens tomavam as sombras por verdades. Para os prisioneiros, a caverna era o único mundo verdadeiro possível. Até que um homem decidiu quebrar seus grilhões e, com muito esforço, conseguiu sair daquele lugar e contemplar a beleza do sol, do céu, da vida real. Imbuído da descoberta, aquele homem decidiu voltar para contar a novidade e libertar seus companheiros. Mas quando regressou, os que permaneceram acorrentados não acreditaram nele, zombaram e, por fim, decidiram matá-lo.

O interior da caverna é o mundo sensível, baseado nas aparências, nos preconceitos, na ignorância, na doxa. O exterior da caverna é o mundo inteligível, baseado na essência das coisas, nos conceitos puros e universais, na inteligência - enfim, na epistême. Sair do mundo das opiniões preconceituosas para o mundo da ciência exige um grande esforço intelectual, que tem início no momento da tomada de consciência sobre quais são as cavernas nas quais estamos presos.

As bolhas ideológicas - seja de direita ou de esquerda - podem ser interpretadas

como cavernas em nossas vidas. No momento, há o crescimento das bolhas de extrema-direita, mas quando o pensamento progressista se fecha em si, e só dialoga com quem pensa igual - desprezando pessoas do outro espectro político, numa postura arrogante - permanece encarcerada em sua própria ideologia.

Este é o momento mais propício para a esquerda brasileira fazer uma autocrítica, se reinventar, e não propor livros-receitas no estilo “como conversar com um fascista” sem, de fato, ter a humildade epistemológica de saber o que o outro pensa, por que pensa como pensa e como superar as condições de opressão que atingem a todos nós. Nem todos são fascistas: a indignação dos que votaram em Bolsonaro acreditando num país melhor, num político “honesto de verdade”, pode até ser obtusa - mas é legítima. Porque crer num sujeito que está há quase 30 anos no poder, sem propor nenhum projeto relevante ao país, é uma falsa ideia de mudança e de combate à corrupção.

A derrota da esquerda nas eleições de 2018, em parte, se deu por isso: a impossibilidade de quebrar suas correntes, não se permitir ao diálogo com a direita (enxergando-a como intelectualmente inferior), bem como não respeitar o desejo de mudança. Esta foi a análise feita por Solano (2018, p. 26):

Com frequência, setores progressistas menosprezam estas posturas por considerarem que “pobre que vota na direita é burro”, “seguidor de Bolsonaro é burro” e por aí vai. É um grande erro caricaturar ou desestimar a importância de um fenômeno que tem densas raízes sociais e que pouco tem de trivial ou transitório. Em nível internacional, esta nova direita ou direita alternativa está se transformando num protagonista político.

Por que nós, os progressistas, não conseguimos mostrar para os eleitores da direita que esta mudança é ilusória? O governo eleito apresenta uma agenda até mais agressiva contra a classe trabalhadora e as pessoas de baixa renda do que o governo de Michel Temer - que conseguiu aprovar a Reforma Trabalhista (que retirou direitos dos trabalhadores) e o congelamento dos gastos públicos com

educação e saúde com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241. Ambas as propostas tiveram total apoio da família Bolsonaro. Agora, o que estão propondo é uma política econômica ultraliberal, com privatizações e livre mercado para os multimilionários estrangeiros fazerem o que bem entenderem no território nacional.

Por que nós, os progressistas, não conseguimos mostrar que a luta contra corrupção era só retórica? Antes mesmo da posse de Jair como Presidente, a família Bolsonaro já enfrentava graves denúncias feitas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que identificou uma movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão em uma conta no nome do policial militar Fabricio José Carlos de Queiroz, ex-assessor do Deputado Estadual e Senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL), filho de Jair Bolsonaro. O documento do Coaf cita um repasse de R\$ 24 mil para a primeira-dama Michelle Bolsonaro. As informações são do Portal Terra, assinadas por Rezende e Dolzan (2018, online).

Precisamos sair da caverna. O WhatsApp também é nossa caverna (e todas as redes sociais), se achamos que tudo que circula por essas plataformas são verdades. Por estarmos acorrentados aos preconceitos ou correndo contra o tempo - cheios de tarefas para fazer ao longo do dia - não checamos as informações e compartilhamos sem o menor peso na consciência. Quando alguém se dá ao trabalho de checar, não é raro que seja alvo de zombaria.

Nos próximos quatro anos cabe à esquerda refletir sobre sua condição na caverna, levando em conta as palavras de Cortella e Ribeiro (2012, p. 69):

Um dia estava lecionando sobre a alegoria platoniana da caverna, que consta na obra *A República*, e me lembrei de uma advertência que um professor me havia feito décadas antes e que ficou gravada em minha memória. Ele dizia que era preciso tomar cuidado, pois toda pessoa que conta a alegoria da caverna supõe que está fora dela – e que, por isso, pode alertar os outros. Ao contar a alegoria, ela, que supõe não estar mais dentro da caverna, pensa que pode converter

aqueles que estão na escuridão.

Sempre houve na história desse país resistência e luta contra a dominação. Os negros não aceitaram a escravidão, a existência dos quilombos é o mundo inteligível que eles criaram para si quando quebraram suas correntes. Igualmente a resistência indígena, cuja episteme sobre o meio ambiente e domínio logístico sobre as florestas permitiram não só fugir do opressor mata adentro, como criar emboscadas para surpreender aqueles que os perseguiram. Outras revoltas populares assumiram um importante papel no enfrentamento aos poderosos, estes, valendo-se de seu poder econômico, causaram verdadeiros genocídios. As elites nunca permitiram qualquer questionamento da ordem vigente, e reprimiram com total brutalidade todos os movimentos de contestação e insurgência.

Darcy Ribeiro (1995) cita a Guerra dos Cabanos (1835-1840), liderada por caboclos enfrentando a hegemonia dos brancos, além das tensões classistas que envolveu a Guerra dos Canudos (1896-1897), na ocasião, os sertanejos, incentivados por Antônio Conselheiro, combatiam os fazendeiros que os submetiam à servidão sem dar possibilidade alguma para que pudessem ter seu próprio pedaço de terra.

Enfrentar a política do terror, os discursos de ódio, as violências simbólicas, a banalização do mal e a imposição do poder pelo medo são os próximos desafios a serem enfrentados pelos movimentos sociais, sindicais, agremiações estudantis e toda a sociedade civil organizada que não aceita os grilhões da homofobia, do machismo, da misoginia, do racismo e do preconceito de classe. Lembrando que “quem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos. Quem inaugura o ódio não são os odiados, mas os que primeiro odiaram” (FREIRE, 1987, p. 23). A epistemologia revolucionária que nasce dos oprimidos - gestada entre suor e lágrimas, mas também entre potência criativa, solidariedade e muita coragem - será a flor que dará início à primavera.

Conclusão

Ser humano é ser muitas coisas: Homo sapiens (homem sábio), homo politicus (homem político), homo religious (homem religioso), etc. Talvez seja o momento histórico de investigar o homo odium (homem-ódio). Como seres sociais, nossos instintos de fúria e ira já foram domesticados pela cultura, há cerca de 350 mil anos, embora Freud (2011), quando escreveu “O mal-estar na civilização”, tenha sido enfático em sua análise psicanalítica: o ser humano não é ser bonzinho e cheio de amor ao próximo, afirmou. Na verdade, é preciso incluir a agressividade instintual que carregamos, mesmo que tentemos negar:

Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo (FREUD, 2011, p. 57).

Então, Freud (2011) concluiu citando a máxima hobbesiana de que “o homem é o lobo do homem”. Essa cruel agressividade pode ser notada no ambiente virtual: o homo odium se apresenta nos haters, indivíduos que destilam ódio, criam perfis falsos e se escondem atrás da tela de um computador para expressar, na internet, toda fúria que sentem no mundo real – a qual sabem que não podem expressar socialmente para não serem punidos por isso. Os haters encontram na internet uma maneira de expor sua “opinião”. Com um nome de usuário fictício e uma senha, podem acessar o Facebook ou Twitter e fazer valer sua existência execrável. Ao logar, seu ódio inconsciente passa a existir: o ódio adormecido no submundo de sua mente atormentada desperta para enfurecer, perseguir e xingar. Odeio, logo, compartilho. Primeiro ele odeia (sentimento que já fazia parte de sua subjetividade), depois loga (no ambiente virtual) e, em seguida, compartilha todo ódio que habita dentro de si – encontrando outros odiadores que, igualmente, se juntam para odiar.

Cabe lembrar a frase inspiradora de um homem, preso político, que passou sua vida lutando contra o ódio racial, Nelson Mandela (2013, online): “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Se os discursos de ódio disfarçados de opinião escandalizam, combatê-los, no campo das ideias, é o maior desafio pela frente. A extrema-direita, temporariamente, pensa que pode dizer tudo o que diz sem ser punida por isso. A Justiça brasileira está atenta aos crimes de ódio, como no caso de um dos maiores incitadores do ódio na internet, condenado a 41 anos, seis meses e 20 dias de prisão por associação criminosa, divulgação de imagens de pedofilia, racismo, coação, incitação ao cometimento de crimes e terrorismo cometidos na internet. A notícia circulou pela grande imprensa, inclusive pela Revista Fórum (2018, online).

Não podemos permitir a banalização do ódio. É preciso compreender que este afeto esteve no centro do debate político não porque seja da “natureza” do brasileiro ser violento, mas por condicionamento social. Os escândalos com a corrupção, o aumento da violência, o aumento do desemprego - todos esses fatores contribuíram para gerar um sentimento de revolta no povo. A indignação é legítima e cabe ao campo progressista não permitir que ela descambe para a irracionalidade, para o ódio como política - que acabou colocando no poder uma figura autoritária e usou a indignação das pessoas de maneira oportunista.

O papel que a esquerda tem pela frente é didático. Terá de criar formas pedagógicas mais eficientes para ensinar criticamente sobre racismo, machismo, homofobia, misoginia e xenofobia; criar grupos de estudo, rodas de conversa, círculos de leitura para que as pessoas possam expressar suas experiências e, assim, se tornarem multiplicadoras conscientes. Por isso a insistência no diálogo para além das redes sociais: promova a cultura do encontro não para debater, mas para conversar. Vá disposto e aberto. Se for para o confronto, não marque.

Combine um tereré, um chimarrão, um chá ou café, conforme seu gosto e sua cultura. Se os ânimos se exaltarem, termine sua fala e vá embora, é melhor uma tentativa frustrada de dialogar do que permitir que os discursos de ódio se proliferem com a ajuda da nossa omissão. No dia da votação do segundo turno, uma campanha tão bela surgiu: ir votar com um livro nas mãos. O ideal seria manter essa campanha viva pelos próximos anos de resistência que temos pela frente. Vá ao diálogo com um livro nas mãos, vá sem medo, só não se demita da conversa.

A esquerda também terá que desempenhar um papel mais de ação. Nesse sentido recordo Hannah Arendt (2007), que chamou de “ação” a atividade política por excelência, em que os seres humanos, por viverem juntos, precisam interagir e dialogar para estabelecer uma melhor convivência. Existe a necessidade de uma esquerda viva, ativa, na rua, ao invés de uma esquerda virtual. A militância online é importante, sim, mas tem se mostrado insuficiente.

Não é difícil combater os discursos de ódio via epistemologia revolucionária. O discurso de ódio é o preconceito (doxa), a epistême é o conceito. Desmanchar concepções pré-concebidas, mal fundamentadas e substituí-las por autores conceituados é um caminho. Para isso, a esquerda precisa questionar a si mesma: quais autores negros estou lendo? Tenho o hábito de ler Djamila Ribeiro, Angela Davis? Quais autores LGBTQI estou lendo? Que tipo de filme tenho acompanhado? Filmes que problematizam as questões de gênero ou que colocam a mulher em situação de subalternidade?

Adichie (2014, p. 15) argumentou que “se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. [...] Eu tendo a cometer o erro de achar que uma coisa óbvia para mim também é óbvia para todo mundo”. Assim sendo, não podemos permitir que os discursos de ódio se naturalizem, embora esta seja a sensação no momento. A realidade não é essa, está dessa forma por razões já discutidas, mas das nossas relações sociais que foram azedadas pelo ódio precisamos fazer uma limonada.

Tentar adoçar a vida é o que as minorias mais têm tentado fazer ao longo de séculos de dominação, que começaram com a colonização - posição hoje ocupada pelas elites financeiras brasileiras. Adoçar a vida é manter a alegria através da música, do samba, do brilho do carnaval, das paradas LGBTQI, das expressões artísticas que também são formas de resistir. Da capoeira que é, simultaneamente, uma performance de luta e dança, do bate-cabelo da drag numa boate - como gesto corporal de transgressão.

Mesmo quando a alegria não vem, a raiva esperançosa também é necessária - embora o opressor tente exigir de nós uma compaixão a qual ele mesmo não tem quando nos agride nas ruas. É engraçado como aqueles que ocupam posições dominantes tentam deslegitimar a raiva que sentem os dominados. Os opressores só enxergam a raiva, não as injustiças diárias que quebrantam as esperanças dos oprimidos.

Lembro de um atrito que tive nas redes sociais com uma ex-colega de faculdade de filosofia, que havia se convertido ao fundamentalismo cristão. Indiretamente ela passou a atacar posições progressistas e, quando respondia de maneira enérgica, ela se fazia de vítima. Me perguntava por que eu tinha tanta “raiva”? E insinuava que faltava “amor cristão” em mim. Ela reclamava da falta de “amor cristão”, mas não enxergava seu próprio umbigo, não via sua falta de empatia com grupos em situação de vulnerabilidade. Será que ela não acompanhava as falas do Papa Francisco, que se colocou ao lado dos “esfarrapados do mundo”, dos “demitidos da vida”, dos “excluídos do banquete da globalização”, dos “corpos abjetos”, dos “condenados da terra”, em suma, das “pessoas descartadas”?

Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres (FRANCISCO, 2015, p. 121-122).

Foi a raiva esperançosa que fez as mulheres se organizarem para lutar pelo direito ao voto na Inglaterra, história bem retratada no filme “As sufragistas”. Um parêntese: a raiva dos oprimidos nada tem a ver com o ódio que denunciemos. O ódio pelo ódio dos opressores não vislumbra um horizonte de ruptura com as estruturas de opressão, nele existe medo só de imaginar que seus privilégios estão sendo ameaçados. Isso é diferente da raiva esperançosa dos oprimidos, que já conseguem sentir os ventos da mudança. Onde há raiva, há esperança. É o que argumentou Adichie (2014, p. 24): “estou com raiva. Devemos ter raiva. Ao longo da história, muitas mudanças positivas só aconteceram por causa da raiva. Além da raiva, também tenho esperança, porque acredito profundamente na capacidade de os seres humanos evoluírem”.

Para Freire (1996) uma pessoa criticamente esperançosa é aquela que se opõe à manutenção de ordem injusta, que combate as impunidades e luta contra as discriminações. O conservadorismo - que se alimenta do fundamentalismo religioso e do sistema neoliberal - nos exige amor, mas pregando discursos de ódio nos pede tolerância (sendo intolerante). Voltaire exaltava a tolerância, mas havia situações em que ela não era aplicável, a saber:

Para que um governo não tenha o direito de punir os erros dos homens, é necessário que esses erros não sejam crimes; os erros somente são crimes quando perturbam a sociedade; eles perturbam a sociedade desde que inspirem fanatismos: é preciso, portanto, que os homens comecem por deixar de ser fanáticos a fim de merecer a tolerância (VOLTARE, 2011, p. 76).

É possível tolerar discursos de ódio? Devemos, realmente, combater com “amor” aqueles que odeiam e perseguem grupos minoritários? Quem defende esse tipo de estratégia, certamente, não são os injustiçados - mas os que se beneficiam com as injustiças e querem que os oprimidos estejam cada vez mais submissos, passivos e dóceis, porque assim é mais fácil mantê-los sob dominação.

Uma tática que tem permitido a proliferação dos discursos de ódio é o que

chamo de “lógica do revanchismo”. Ou seja, quando denunciemos as falas intolerantes do presidente Jair Bolsonaro, de um pastor, ou de qualquer outro conservador, o que temos de resposta é “mas fulano esquerdista foi machista em tal ocasião”, “ciclano que é de esquerda já fez declarações homofóbicas” e assim por diante. O que esse tipo de estratégia mostra é que eles não se escandalizam, realmente, com os discursos de ódio, mas procuram uma desculpa, um respaldo, um deslize de alguém da esquerda para sua legitimação em perpetuar esses discursos. O revide pelo revide, o “pagar com a mesma moeda”, não atinge a raiz do problema, que é o ódio nas palavras que são crimes! A raiva esperançosa nos faz mais fortes para enfrentar o ódio pelo ódio que há nelas.

Não podemos cair nessa armadilha. Se algum(a) progressista incitou a violência é igualmente grave e deve ser criticado e punido, se necessário. A melhor saída é mostrar para o conservador que um erro não justifica o outro, como diz o dito popular. Para quebrar a “lógica do revanchismo” é preciso, primeiro, mostrar que qualquer discurso de ódio pode se configurar num crime, não é “mera opinião”. Segundo, temos que fazer o conservador pensar sobre a gravidade que tem um discurso de ódio, independentemente da posição partidária.

Precisamos, em suma, resgatar a primazia do pensamento como idealizara Descartes, com doses cavалares de tolerância dentro da concepção de Voltaire. Só assim poderemos combater a ideologia dominante que se instaurou por meio desta onda conservadora que tenta sufocar as “epistemologias revolucionárias”. Antes que as trevas da ignorância e do fanatismo tentem nos intimidar, vamos propor a “humildade socrática”, aberta ao diálogo. Um dia sairemos da caverna de Platão, que são estas “bolhas ideológicas”, arquitetadas justamente para o compartilhamento do ódio. O sol da razão triunfará, tenho esperanças.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejam todos feministas. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2014.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3. ed., Portugal, Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. Alienações do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

ANSART, Pierre. Ideologias, conflitos e poder. Tradução Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ARENDT, Hannah. A dignidade da política. In: ABRANCHES, Antônio (Org). Ensaios e Conferências. Tradução Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 3ª ed., 2002. p. 90-190.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BACON, Francis. Novum Organum. Tradução José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Ebooks Brasil, 2002.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo II: a experiência da vida. Tradução: Sérgio Milliet. 2 ed., São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Estudos Feministas, v. 19, n. 2, p. 549-555, ago. 2011.

BERGOGLIO, Jorge; SKORKA, Abraham. Sobre o céu e a terra. Tradução Sandra Martha Dolisky. São Paulo: Editora Paralela, 2013.

BOTTER, Barbara. Fazer filosofia: aprendendo a pensar com os primeiros filósofos. São Paulo: Paulus, 2013.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal / Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Direito Público, v. 4, n. 15, p. 117-136, jan./mar. 2007.

BUTLER, Judith. Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Gustavo Arthur Coelho Lobo de; KANFFER, Gustavo Guilherme Bezerra. O Tratamento Jurídico das Notícias Falsas (Fake News). 2018. Disponível em: <conjur.com.br/dl/tratamento-juridico-noticias-falsas.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. 9. ed., São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1.

COELHO, Cláudia Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José de (Orgs). Comunicação e sociedade do espetáculo. São Paulo: Paulus, 2006.

COLLING, Leandro (Org). Stonewall 40 + o que no Brasil? Bahia: EDUFBA, 2011.

CORTELLA, Mario Sergio; RIBEIRO, Janine. Política: para não ser idiota. Campinas: Papirus 7 Mares, 2012.

COSTA, Sérgio Francisco. Método científico: os caminhos da investigação. São Paulo: Harbra, 2001.

DAWKINS, Richard. O gene egoísta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEBORD, Guy. Sociedade do espetáculo. São Paulo: Ebooks Brasil, 2003.
Disponível em: < ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html:2003>. Acesso em: 01 nov. 2018.

DECLARAÇÃO DE DURBAN. III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Durban, 2001.
Disponível em: <unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018

DIAZ, Álvaro Paul. La penalización de la incitación al odio a la luz de la jurisprudencia comparada. Revista Chilena de Derecho, v. 38, n. 2, p. 503-609. 2011.

EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. Tradução Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (USP) / Boitempo, 1997.

ESTRADA, Juan Antonio. Imagens de Deus: a filosofia ante a linguagem religiosa. Tradução de José Afonso Beraldin. São Paulo: Paulinas, 2007.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. Tradução de

Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Política e educação: ensaios/Paulo Freire (1921-1997). 5. Ed. São Paulo: Editora Afiliada/ Cortez, 2001. Coleção Questões de Nossa Época. v. 23.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GET ME ROGER STONE. Direção de Dylan Bank, Daniel Dimauro, Morgan Pehme. Realização de Netflix. Estados Unidos: Netflix, 2017.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da filosofia: dos pré-socráticos a Santo Agostinho. São Paulo: CEFA Editorial, 2018.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. Maleta didática educação para a cidadania: capítulo Igualdade/Atividade. São José, Costa Rica: Anistia Internacional, 1995.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o Iluminismo? Tradução de Tradução de Artur Mourão. 1784. Disponível em: <lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia: estudos culturais - identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

LIBANIO, J. B. Ideologia e cidadania. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano. Tradução de Anuar Aiex. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

LOPES, Marcos Antônio. Voltaire historiador: uma introdução ao pensamento histórico na época do Iluminismo. Campinas: Papirus, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria Queer. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MALDONATO, Mauro. Dicionário das ciências da mente: psicologia, psiquiatria, psicanálise, neurociências. Tradução de Roberta Barni e Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Teorias da Comunicação: ideias, conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MARTINS, Ferdinando et al. (Org.). Manual de Comunicação LGBT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGTT). Curitiba: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010.

NASCIMENTO, Milton Meira do; NASCIMENTO, Maria das Graças S. Iluminismo: a revolução das luzes. São Paulo: Ática, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 1878

NOVA S/B. Dossiê intolerâncias visíveis e invisíveis no mundo digital. 2017. Disponível em? < goo.gl/qRTSs7>. Acesso em: 18 set. 2018.

PHILLIPS, Christopher. Sócrates café: o delicioso sabor da filosofia. Porto Alegre: CDG, 2015.

PLATÃO. Apologia de Sócrates. Tradução de Virtual Books. 2003. Disponível em: <goo.gl/ZwrCN4>. Acesso em: 10 jun. 2018.

REGINA, Jesus Eurico Miranda. Moral moderna: a alteridade na filosofia cartesiana. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2000.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O poder do macho. 2. ed., São Paulo: Moderna, 1987.

SAISI, Katia. Estética e política, mais um espetáculo de consumo na sociedade midiática. In: COELHO, Cláudia Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José de (Orgs). Comunicação e sociedade do espetáculo. São Paulo: Paulus, 2006. p. 155-183.

SAKAMOTO, Leonardo. O que aprendi sendo xingado na internet. São Paulo: Leya, 2016.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria Queer. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2012.

SANTOS, Theotônio dos. Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: <disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/169642/mod_resource/content/2/genero-scott.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

SEMERARO, Giovanni. Libertação e hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

SOFISTE, Juarez Gomes. Sócrates e o ensino da filosofia: investigação dialógica - uma pedagogia para a docência de Filosofia. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita. Revista Análise, n. 42, p. 1-29, 2018. Disponível em: < library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf >. Acesso em: 10 set. 2018.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: SOLANO, Esther (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 78-79.

VESTÍGIOS DO DIA. Direção de James Ivory. Produção de Ismail Merchant, John Calley, Mike Nichols. Estados Unidos: Merchant Ivory Productions, Columbia Pictures Corporation, 1993.

VOLTAIRE. O filósofo ignorante. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.

_____. Tratado sobre a tolerância. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

Sites pesquisados:

AOS FATOS. “Mamadeiras eróticas” não foram distribuídas em creches pelo PT. 2018. Disponível em: <aosfatos.org/noticias/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

ARENDT, Hannah. Verdade e política. Tradução Manuel Alberto. 1967/2014. Disponível em: <<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Verdade-e-pol%C3%ADtica.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. ANJ. Nota à imprensa. 2018. Disponível em: <anj.org.br/site/exemplos/73-jornal-anj-online/13981-nota-a-imprensa.html>. Acesso em: 23 dez. 2018.

BBC. Roger Stone preso: quem é o ex-assessor da campanha de Trump detido pelo FBI nos EUA. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47005168>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BENITSE, Afonso. A máquina de “Fake News” nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp. 2018. Disponível em: <goo.gl/FTcAmU>. Acesso em: 28 dez. 2018.

BOLSONARO, Jair. Íntegra do discurso de Jair Bolsonaro na cerimônia de diplomação. 2018a. Disponível em: <goo.gl/bXLYHw>. Acesso em: 23 dez. 2018.

_____. Bolsonaro critica exclusão de “páginas de direita” pelo Facebook. 2018b. Disponível em: <noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/22/jair-bolsonaro-exclusao-paginas-direita-facebook.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 23 dez. 2018.

_____. “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, diz Bolsonaro. 2018c. Disponível em: <extra.globo.com/noticias/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro-23174407.html>. Acesso em: 26 dez. 2018.

_____. Bolsonaro afirma que está com “a mão na faixa”. 2018d. Disponível em: <youtube.com/watch?v=uGqZdFpSDYs>. Acesso em: 26 dez. 2018.

_____. Leia a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. 2019. Disponível em: <veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BUTLER, Judith. em medo de fazer gênero: entrevista com a filósofa americana Judith Butler. Ilustríssima: Folha de São Paulo. 20 set. 2015. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/09/1683172-sem-medo-de-fazer-genero-entrevista-com-a-filosofa-americana-judith-butler.shtml>. Acesso em: 26 dez. 2018.

_____. Judith Butler: quem são os eleitores de Trump? 2016. Tradução é de Artur Renzo. Disponível em: <blogdaboitempo.com.br/2016/11/11/judith-butler-quem-sao-os-eleitores-de-trump/>. Acesso em: 26 dez. 2018.

_____. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. 2017. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 26 dez. 2018.

CARTA CAPITAL. O poder do WhatsApp de manipular eleitores. 2018. Disponível em: <cartacapital.com.br/politica/o-poder-do-whatsapp-de-manipular-eleitores>. Acesso em: 28 dez. 2018.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. 2007.
Disponível em: <sinjor.org.br/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. **Acesso em:** 20 mai. 2018.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Exigiremos do Presidente eleito o respeito à Constituição. 2018. Disponível em: <conectas.org/noticias/exigiremos-do-presidente-eleito-o-respeito-a-constituicao>. Acesso em: 26 dez. 2018.

CONGRESSO EM FOCO. As frases polêmicas de Jair Bolsonaro. 2017. Disponível em: <congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

CONGRESSO EM FOCO. Pesquisa mostra que 84% dos eleitores de Bolsonaro acreditam no kit gay. 2018. Disponível em: <congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/pesquisa-mostra-que-84-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditam-no-kit-gay/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

DEMORI, Leandro. Bolsonaro bloqueia jornalista no Twitter, seu principal meio de comunicação. 2018. Disponível em: <revistaforum.com.br/bolsonaro-bloqueia-jornalista-no-twitter-seu-principal-meio-de-comunicacao/>. Acesso em: 23 dez. 2018.

EL PAÍS. Empresas compram pacotes ilegais de envio de mensagens contra o PT no WhatsApp, diz jornal. 2018. Disponível em: <goo.gl/sjC4Th>. Acesso em: 28 dez. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2018. Brasília: FENAJ, 2019. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_fenaj_2018.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

FRANCISCO. Discurso do Papa Francisco à plenária da Pontifícia Comissão para a América Latina. 2014. Disponível em: <goo.gl/n7yPdu>. Acesso em: 26 dez. 2018.

_____. Precisamos de pontes, não de muros! 2014. Disponível em: <pt.zenit.org/articles/precisamos-de-pontes-nao-de-muros/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

_____. Laudato Si'. 2015. Disponível em: <goo.gl/qxunLf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

_____. Papa compara consumo de notícias falsas com comer fezes. 2018. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2016/12/07/internacional/1481147259_931192.html>.

Acesso em: 24 dez. 2018.

FURLANI, Jimena. Existe ideologia de gênero? Entrevista com a doutora em Educação Jimena Furlani. 2016. Disponível em: <agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/existe-ideologia-de-genero-entrevista-com-doutora-em-educacao-jimena-furlani/>. Acesso: 23 dez. 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. O Socialismo e as Igrejas. 1905. Disponível em: <marxists.org/portugues/luxemburgo/1905/mes/igrejas.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

MACEDO, Isabela. Das 123 Fake News encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro. 2018. Disponível em: <congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/#1540506640310-535a5934-9024>. Acesso em: 28 dez. 2018.

MANDELA, Nelson. 10 frases/coisas que aprendi com Nelson Mandela. 2013. Disponível em: <piaui.folha.uol.com.br/10-frasescoisas-que-aprendi-com-nelson-mandela/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MARS, Amanda. Como a desinformação influenciou nas eleições presidenciais? 2018. Disponível em: <goo.gl/z6LTBD>. Acesso em: 28 dez. 2018.

MUJICA, Pepe. Transformamos pobres em consumidores e não em cidadãos, diz Mujica. 2018. Disponível em: <bbc.com/portuguese/amp/brasil-46624102#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%2F>. Acesso em: 22 dez. 2018.

NUNES, Juliana Cézar. Discurso de ódio na internet tem mulheres negras como principal alvo. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/discurso-de-odio-na-internet-tem-mulheres-negras-como-principal>. Acesso em: 28 dez. 2018.

O GLOBO. Pai, mãe e filhos já não reinam mais nos lares. Formação clássica “casal com filhos” deixou de ser maioria no Brasil: segundo o IBGE, representa 49,9% dos domicílios, enquanto outros tipos de famílias já somam 50,1%. 2012. Disponível em: <oglobo.globo.com/economia/pai-mae-filhos-ja-nao-reinam-mais-nos-lares-5898477>. Acesso em: 10 dez. 2018.

OLIVEIRA, Joana; ROSSI, Marina. WhatsApp, um fator de distorção que espalha mentiras e atordoa até o TSE. 2018. Disponível em: <goo.gl/ot9dj2>. Acesso em: 28 dez. 2018.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Ester. Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação. 2015. Disponível em: <gpopai.usp.br/pesquisa/120415/>. Acesso em: 21 de dez. 2018.

PONDÉ, Luiz Felipe. A direita não acredita em ideias e acha que intelectual é animador de festa. 2016. Disponível em: <goo.gl/7dH9tt>. Acesso em: 26 dez. 2018.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2007. Disponível em: <dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf> Acesso em: 10

out. 2018.

PRIVATIZAÇÕES: DISTOPIA DO CAPITAL. Direção de Silvio Tandler. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <youtube.com/watch?v=A8As8mFaRGU>. Acesso em: 12 set. 2018.

PUGLIERO, Fernanda. Como o ódio viralizou no Brasil. 2018. Disponível em: <cartacapital.com.br/sociedade/como-o-odio-viralizou-no-brasil>. Acesso em: 28 dez. 2018.

REDAÇÃO REDETV. Brasil é o segundo país do mundo que mais usa o WhatsApp, diz pesquisa. 2018. Disponível em: <redetv.uol.com.br/jornalismo/tecnologia/brasil-e-o-segundo-pais-do-mundo-que-mais-usa-o-whatsapp-diz-pesquisa>. Acesso em: 28 dez. 2018.

REUTERS. Médico diz que cabe a Bolsonaro decidir sobre participação em debates. 2018. Disponível em: <br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1MS2LS-OB RTP>. Acesso em: 26 dez. 2018.

REVISTA FÓRUM. Incitador de ódio é condenado a 41 anos de prisão por racismo, terrorismo e pedofilia na internet. 2018. Disponível em: <goo.gl/D1mzY6>. Acesso em: 26 dez. 2018.

REZENDE, Constança; DOLZAN, Marcio. MP abre investigação contra ex-assessor de Flávio Bolsonaro. 2018. Disponível em: <goo.gl/nWQnsi>. Acesso em: 26 dez. 2018.

Sobre o autor

Filho de um pedreiro com uma diarista, Ádamo Antonioni nasceu no interior do Mato Grosso do Sul, na cidade de Rio Brilhante. Aos 17 anos conseguiu uma bolsa de estudos pelo Prouni (Programa Universidade para Todos), onde se mudou para Campo Grande (MS) para cursar Jornalismo, se formando em 2012. No ano seguinte, ingressou na faculdade de Filosofia e, paralelo ao curso, fez mestrado em Comunicação, ambos pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). Vindo a concluir a licenciatura e o mestrado em 2017. Trabalhou como jornalista, por seis anos, em uma rede de comunicação católica de Campo Grande, acumulando experiência em rádio e televisão. Atualmente reside em Curitiba (PR), onde atua como professor, palestrante, assessor de comunicação e segue pesquisando as áreas de Gênero e Sexualidade, Teoria da Comunicação, Filosofia Política e Filosofia da Educação.

Sumário

[Introdução](#)

[Capítulo 1 - Luzes da razão sobre as redes sociais](#)

[Capítulo 2 - Teoria crítica para entender as bolhas ideológicas](#)

[Capítulo 3 - Pensar o futuro com a Grécia Antiga: eis o nosso presente](#)

[Conclusão](#)

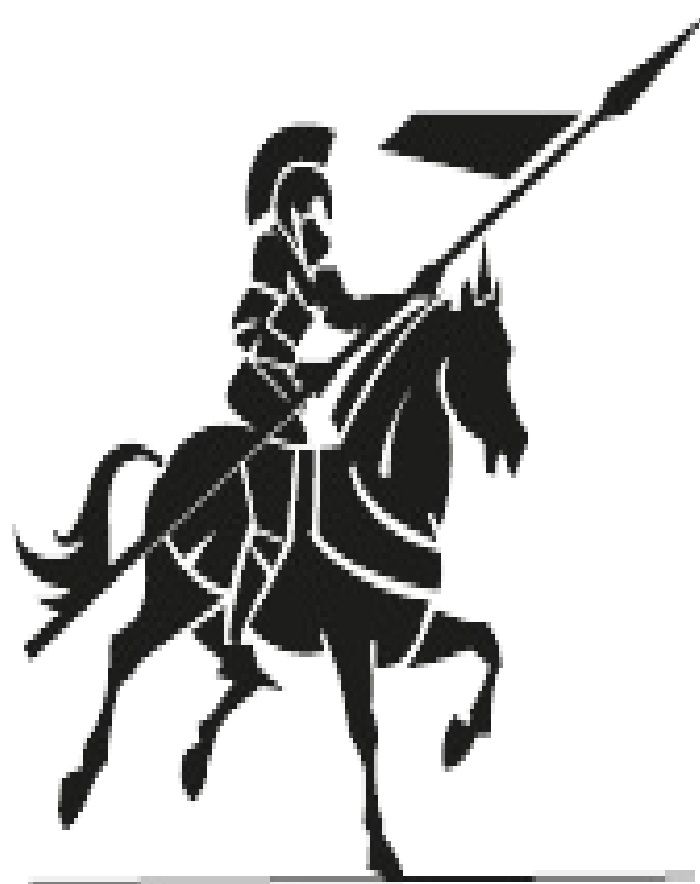
[Referências](#)

[Sobre o autor](#)

[Sumário](#)

[Sobre a Viseu](#)

Sobre a Viseu



VISEU

Essa e outras obras em:

eviseu.com

facebook.com/editoraviseu

twitter.com/editoraviseu

instagram.com/editoraviseu

Contatos:

falecom@eviseu.com

Quer enviar sua obra para nossa avaliação?

originais@editoraviseu.com